



**BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO**  
**Representação do Banco no Brasil, COF/CBR**

**CONCLUSÕES DA REUNIÃO DE REVISÃO DO PCR REALIZADA EM: 29 de Maio de 2007**

**PCR DO PROJETO:** Programa “INTERLEGIS” – Rede de Integração e Participação do Legislativo (Projeto Nº: BR-0288, Contrato de Empréstimo Nº: 1123/OC-BR).

**Apresentado por:** José Antonio Navia Monje

**ALCANCE DOS OBJETIVOS/ METAS E COMENTÁRIOS AO PCR:**

**OBJETIVOS E METAS:**

Considerando que o objetivo principal do Programa INTERLEGIS foi apoiar o processo de modernização do Poder Legislativo Brasileiro, em suas instâncias Federal, Estadual e Municipal, com a criação e desenvolvimento de uma Comunidade Virtual para o Sistema Legislativo Nacional, buscando melhorar a comunicação e o fluxo de informação entre os legisladores, aumentar a eficiência e competência das Casas Legislativas, oferecendo suporte técnico para as áreas meio e fim, e promovendo a participação cidadã nos processos legislativos, após a análise dos dados apresentados no PCR em questão, apesar do atraso no prazo de execução inicialmente previsto (04 anos) e do cancelamento de recursos (de, aproximadamente, 12%), conseqüentes das mudanças na direção do Programa (Mesa do Senado de 02 em 02 anos, e Casas Legislativas de 04 em 04 anos), além do contingenciamento dos recursos e variações cambiais, conclui-se que todos os objetivos e resultados esperados foram alcançados, a saber: i) fortalecimento dos canais de comunicação, com a criação da Rede INTERLEGIS; ii) facilidade de comunicação em tempo real, entre parlamentares federais, estaduais e municipais e destes, com a sociedade em geral; iii) apoio, treinamento e assistência técnica as diversas instancias legislativas; iv) distribuição eletrônica de documentos, tais como discursos, pronunciamentos, dados dos orçamentos públicos e projetos de lei; v) realização de reuniões eletrônicas e teleconferências; vi) realização de treinamentos a distância; vii) desenvolvimento e intercâmbio de soluções entre os parlamentares; viii) realização de pesquisas on-line a bases de dados de legislação, bibliografia e jurisprudência.

Ainda que não se possa afirmar, devido à dificuldade de realizar o isolamento dos dados estatísticos existentes e investimentos realizados no âmbito do Programa, que a variação em grande parte dos indicadores apresentados no INTERLEGIS seja decorrente de ações do mesmo, dada a natureza e dimensão das ações realizadas, pode-se supor que o Programa tenha contribuído, em diferentes graus de intensidade, para a evolução observada com relação às variáveis analisadas, principalmente no que se refere à institucionalização da Rede Nacional do INTERLEGIS (RNI), com aproximadamente 4.200 (quatro mil e duzentas) Casas Legislativas aderidas e 3.278 (três mil, duzentos e setenta e oito) com equipamentos disponibilizados, instalados e em utilização.

**II. COMENTÁRIOS AO PCR:**

No dia 29 de maio, foram recebidos comentários ao PCR realizados por parte do DEV/PMP (Sra. Adriana Maraviglia), conforme anexo, os quais foram previamente, analisados e comentados pelo Especialista Setorial – Gerente do Projeto COF/CBR, Sr. José Navia no início da reunião, momento em que agradeceu o envio dos mesmos e informou que os considerados pertinentes serão incorporados ao documento, como o número do Projeto na capa do documento e a fonte dos dados apresentados.

Os participantes da reunião, consideraram que o PCR apresentado está dentro dos padrões e formato estabelecidos, apresentando informações claras e de fácil entendimento, necessitando apenas, de pequenos ajustes conforme recomendações realizadas durante a reunião e a seguir explicitadas.

**III. RECOMENDAÇÕES DE AJUSTES/INSERÇÃO DE INFORMAÇÕES AO PCR (realizadas durante a reunião):**

- i) Explicitar se houveram ou não alterações nos objetivos e componentes do Programa, em conformidade com o exposto por DEV/PMP;
- ii) Retirar do PCR (página 06) o item “c” - Revisão da Qualidade do Desempenho, este item não se aplica a Programas desta natureza, em conformidade com o exposto por DEV/PMP;
- iii) Revisar a lista de Produtos Planejados (página 10) – alguns estão em duplicidade;
- iv) Aclarar o motivo pelo qual o Programa, em sua evolução histórica, foi considerado satisfatório, uma vez que



ocorreu atraso em seu prazo de execução e realizados dois cancelamentos de recursos, em conformidade com o exposto por DEV/PMP;

- v) Sobre o ponto anterior, apresentar posição do Programa - se o problema está no desenho ou na execução e apresentar recomendações para novas operações;
- vi) Revisar o item Lições Aprendidas – apresentando de forma resumida pontos focais com a descrição do problema e a melhor solução para o mesmo, em conformidade com o exposto por DEV/PMP;
- vii) No Anexo II 4 do PCR – Lista de Participantes do Workshop de Encerramento, recomenda-se, em acordo com o exposto por DEV/PMP, excluir os números de telefone dos participantes;
- viii) Revisar os parágrafos nos quais o PNUD é mencionado, para aclarar se sua participação foi positiva ou negativa.

#### IV. LIÇÕES APRENDIDAS:

Realizar revisão do item Lições aprendidas para melhor descrição e destaque dos problemas observados e soluções para os mesmos. A lista apresentada ficou muito extensa, sendo necessária a apresentação, apenas, dos temas considerados mais relevantes.

Para incorporação no Sistema do Banco, recomendam-se as abaixo relacionadas:

- ✓ Apesar de ter sido o instrumento balizador das ações e objetivos pretendidos, o ML não deve assumir condição estática sendo recomendada, para as próximas operações a previsão de realização de atualizações periódicas para que o mesmo acompanhe e retrate a realidade a que os Programas são submetidos que estão fora de sua governabilidade.
- ✓ Embora demandando mais tempo que o previsto inicialmente, o programa atingiu os objetivos propostos com: mais de 4000 câmaras municipais aderidas ao programa; a implantação e a interligação de estações de trabalho em mais de 3500 câmaras municipais e 27 assembleias estaduais; a instalação de rede de vídeo-conferência; a implantação do portal na internet, que hoje conta com expressivo número de acessos mensais; a realização do censo legislativo e outras pesquisas; a realização de seminários e cursos presenciais e à distância e; a consolidação desses produtos em um processo integrado para a modernização das câmaras municipais brasileiras, que serão implementados nos próximos anos por meio da Secretaria Especial do Programa INTERLEGIS, o que garantirá a sustentabilidade da ação nos próximos anos.
- ✓ As características do processo de decisão em instituições do legislativo criam tendência à politização da gestão do projeto reduzindo a sua eficiência. Para que isso não ocorra é necessário a vinculação dos projetos legislativos a um nível mais estratégico, a um colegiado de parlamentares de diversos partidos (no caso do Senado à Mesa Diretora). Ao nível de execução é saudável que a UEP tenha autonomia e seja preservada de intervenções políticas que prejudiquem seu desempenho.

#### V. CONVIDADOS:

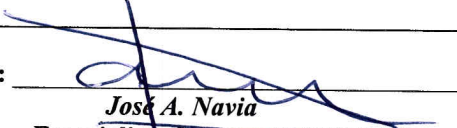
Rapoport, Manuel; Rains, Luisa C.; Gaskin-Reyes, Wirsig, Waldemar W.; Camille E.; Paulson, Arne; Reos, Orlando A.; Sujoy, Jaime Alberto; Sapoznikow, Jorge; Comas, Xavier; Lora, Eduardo Antonio; Tuazon, Raul N.; Roldan, Pablo; Cayo, Javier; Lestani, Jorge L.; Valenti Lopez, Paolo; Buchsbaum, Ma. Bernadete; Camarano, Claudete; Cesar, Edu Gonzaga; Guerra, Wagner.

#### VI. PARTICIPANTES:

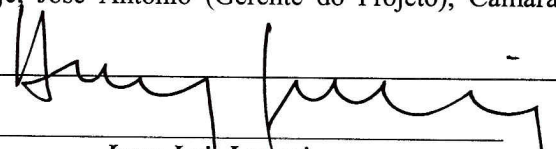
**Sede:** Reos, Orlando A; Tuazon, Raul N; Roldan, Pablo.

**Representação:** Lestani, Jorge L. (Presidente do CRG); Navia Monje, Jose Antonio (Gerente do Projeto); Camarano, Claudete; e Santos, Marília (Consultora).

Secretário CRG:

  
**José A. Navia**  
Especialista Setorial (COF/CBR)  
Gerente do Projeto

Aprovado:

  
**Jorge Luis Lestani**  
Representante Encarregado (COF/CBR)  
Presidente do CRG

BSB, 11 de Junho de 2007.

**Navia Monje, Jose Antonio**

---

**From:** Maraviglia, Adriana R.  
**Sent:** Monday, May 28, 2007 11:30 PM  
**To:** Navia Monje, Jose Antonio  
**Cc:** DEV-PMP  
**Subject:** Comments on PCR for BR0288 (1123/OC-BR)  
**Importance:** High

**Comments:**

1. **Section II c. (Revisão da Qualidade do Desempenho)** does not apply to this project. It refers to the form quality-at-entry (**Q@E**) exercise that began years after this project was approved. Therefore, this project should not have a rating in this section (in fact, the table with ratings may be deleted) and the only comment under this heading should be n/a.

2. **Descriptions:** In direct response to findings by OVE that development objectives (DOs) and components are changed without from the loan proposal to the loan contract to the PPMR to the PCR, we ask that all PCRs should use the:

- **Original DOs** as specified in the loan proposal approved by the Board of Directors. (In other projects, those that are reformulated, the PCR would include the reformulated objectives from the document approved by the Board.)
- The **original components** should also be taken from the approved loan proposal. (In other projects that are restructured, the PCR would include modified components and indicators from model approved by the Manager or Representative).

3. **Sources:** Also in response to a finding by OVE, I want reiterate the importance of citing specific sources for all information and data used to present results and support ratings.

4. **Ratings:** This project was approved in 1998 and yet historical PPMR ratings and the PCR ratings all rate the Implementation progress as satisfactory. Given the delays as described in the PCR, the document should explain how is this possible during the entire of project execution period. Although the delays are discussed in the context (section II a), further explanation is needed in section III and specific mention of historical ratings should be made.

5. Each **Lesson Learned** provided should describe the context (the problem faced) and how that problem was resolved (or failed to be resolved). Lessons learned therefore are often precursor to recommendations, and are not recommendations in and of themselves.

Generally, PCRs only include lessons that are applicable to new operations (or existing operations in other countries). I bring this point up because, the PCR provides a long list, but not all of these items are necessarily lessons.

6. Finally there are a couple of details for your consideration:

- On the **Cover Page** that should be added (this applies to all PCRs): Please add the project number, it goes above the loan number.

- The **list of participants annexed to the PCR** not only includes names, but also telephone numbers. Since the PCR (and including annexes are published on the *Internet*), I was wondering whether you intended to leave this list in or remove it from the final version?

Thanks,

Adriana Maraviglia  
DEV/PMP  
Extension 1509



BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## **RELATÓRIO FINAL DE PROJETO**

*PROJECT COMPLETION REPORT – PCR*

**PROGRAMA - REDE DE INTEGRAÇÃO E  
PARTICIPAÇÃO DO LEGISLATIVO  
“INTERLEGIS”**

**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1123/OC-BR**

**PROJETO BR-0288**

*Junho de 2007*



## **RELATÓRIO DE TERMINO DE PROJETO**

### *PROJECT COMPLETION REPORT – PCR*

***Nome do Projeto:*** PROGRAMA “INTERLEGIS” –  
REDE DE INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA

***País:*** Brasil

***Setor/Subsetor:*** Reforma/ Modernização do Estado  
– Modernização Parlamentar

***Equipe de Projeto Original:*** Christina Biebesheimer  
(DPP/SCS – Chefe de Equipe), Bernadete Buchsbaum  
(LEG/POR), Claudete Camarano (COF/CBR), Patrício Duarte  
(RE1/OD1), Marcio Gómez da Cruz (INT/FIS), Janine Perfit  
(DPP/SCS).

***Número do Projeto:*** BR 0288

***Número de Empréstimo:*** 1123/OC-BR

***Data do CRG:*** 29/05/2007

***Data de Aprovação Final:*** 11/06/2007

***Equipe PCR:*** José Navia (Especialista Setorial - COF/CBR),  
Marília Santos (Consultora).

*Brasília, Junho de 2007*  
*Versão pós CRG*





## ÍNDICE

<b>I. Informações Básicas</b>	<b>02</b>
DADOS BÁSICOS (Montantes em US\$)	02
Resumo da Classificação do Desempenho	02
<b>II. O Programa</b>	<b>03</b>
a. <u>Contexto do Programa</u>	03
b. <u>Descrição do Programa</u>	04
i. <u>Objetivos de Desenvolvimento</u>	04
ii. <u>Subprogramas e Componentes</u>	05
<b>III. Resultados</b>	<b>07</b>
a. <u>Efeitos Diretos</u>	07
b. <u>Externalidades</u>	09
c. <u>Produtos</u>	10
d. <u>Custos do Projeto</u>	14
<b>IV. Implementação do Programa</b>	<b>15</b>
a. <u>Análise dos Fatores Críticos</u>	15
b. <u>Desenvolvimento do Mutuário/Agência Executora</u>	16
c. <u>Desenvolvimento do Banco</u>	16
<b>V. Sustentabilidade</b>	<b>17</b>
a. <u>Análise de Fatores Críticos</u>	17
b. <u>Riscos Potenciais</u>	17
c. Capacidade Institucional	18
<b>VI. Monitoramento e Avaliação</b>	<b>18</b>
a. <u>Informação de Resultados</u>	18
b. <u>Futuro Monitoramento e Avaliação Ex-Post</u>	18
<b>VII. Lições Aprendidas</b>	<b>19</b>
<b>Anexos</b>	<b>21</b>
Anexo I – Quadro dos Custos do Programa	21
Anexo II – Ata do Seminário de Encerramento	22
Anexo III – Avaliação do Mutuário	23
Anexo IV – Lista de Produtos do INTERLEGIS	25





## I. Informações Básicas

### DADOS BÁSICOS (Montantes em US\$)

Nº do Projeto: BR-0288

Título: Programa "INTERLEGIS" – Rede de Integração e Participação do Legislativo

Mutuário: República Federativa do Brasil

Agência Executora (AE): Centro de Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN/  
Secretaria Especial do INTERLEGIS (SINTER)

Empréstimo: 1123/OC-BR

Setor: Reforma/ Modernização (RM)

Instrumento de Empréstimo: Inversão – Projeto Específico

Data de Aprovação pelo Diretorio: 16/09/1998

Data de Assinatura do Contrato: 27/07/1999

Data de Elegibilidade do 1º Desembolso: 16/11/1999

Data Original do Último Desembolso: 27/07/2002

Meses em Execução:

- Desde a aprovação: 92
- Desde a efetividade do Contrato: 82

Períodos de Desembolso:

- Data original de Desembolso final: 27 de julho de 2002
- Data atual de Desembolso final: 28 de julho de 2006
- Extensão Acumulada (meses): 48

Montante de Empréstimo:

- Montante Original: US\$ 25.000.000,00
- Montante Atual: US\$ 17.000.000,00
- Pari-Passu: 50%

Desembolsos:

- Montante Atual: 15.559.026,00 (92%)

Custo Total do Projeto - original: US\$ 50.000.000,00

Houve Redirecionamento de Recursos: N/A

Investimento de Combate a Pobreza/ Equidade Social: N/A

Classificação Ambiental: N/A

Em Estado de "Alerta" no País: Não

### Resumo da Classificação do Desempenho (ISDP)

OD	<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)
PI	<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)
SU	<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)





## **II. O Programa**

### **a. Contexto do Programa**

- 2.1. Ao final da década de 70, inicia-se, no Brasil, amplo processo de redemocratização política, processo largamente difundido na América Latina, que passou, inicialmente, pelo estagio de eleição indireta para Presidente da República em 1985 e se consolidou com eleições diretas livres a partir de 1987 para todos os cargos eletivos do País.
- 2.2. Em paralelo à consolidação democrática, ocorreu uma profunda transformação no ideário econômico do País, representada pela introdução de uma série de reformas de cunho liberalistas, tais como, privatizações, desregulamentações, criação de uma nova política de concorrência, redefinição do papel do Estado, aperto fiscal e abertura da economia ao exterior. Ao mesmo tempo, adotou-se o plano de estabilização macroeconômica, intitulado de Plano Real, em julho de 1994, que resultou em um longo período de estabilidade monetária.
- 2.3. Entretanto, a dimensão continental do País bem como sua complexa e extensa estrutura de representação política, composta por três esferas legislativas não hierarquizadas – Congresso Nacional (composto pelo Senado Federal e Câmara de Deputados), Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais – eram fatores que dificultavam a implementação de uma efetiva articulação interna do Poder Legislativo e deste com a sociedade civil, de forma transparente e efetiva. Mesmo com estes dois agravantes, nesse período, o processo democrático se consolidou e garantiu a legitimidade e representatividade da sociedade civil na condução das políticas econômicas e sociais do País.
- 2.4. Com os avanços tecnológicos, principalmente no campo das telecomunicações e o uso global da Internet, em conjunto com o processo de amadurecimento político do País, se tornou possível a ampliação da articulação das instâncias legislativas e dessas, com os seguimentos da sociedade civil.
- 2.5. Neste contexto, em 27 de julho de 1999 foi firmado Contrato de Empréstimo Nº 1123/OC-BR entre a Republica Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com vigência inicial de três anos, para o financiamento do Programa “INTERLEGIS” – Rede de Integração e Participação Legislativa, com o objetivo de apoiar o processo de modernização do Poder Legislativo nos níveis, Federal, Estadual e Municipal a fim de melhorar a comunicação e o fluxo de informação entre os legisladores e aumentar a participação da sociedade no processo legislativo, formando assim, a Comunidade Virtual do Poder Legislativo. O valor inicial da operação foi de US\$ 50 milhões, sendo US\$ 25 milhões de financiamento do BID e US\$ 25 milhões a cargo de recursos de contrapartida nacional.
- 2.6. O Programa proposto, a época, se enquadrava à estratégia do Banco para atuação no País, particularmente quanto ao objetivo de Modernização do Estado, conceito que engloba os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- 2.7. O prazo de vigência inicial do Programa sofreu quatro prorrogações e duas reduções no valor da operação, mantendo-se inalterados os objetivos, metas e componentes do Programa. A primeira em abril de 2002, com redução de US\$ 10 milhões no valor da operação, US\$ 5 milhões de financiamento do BID e US\$ 5 milhões de contrapartida nacional e extensão do prazo de execução por mais 01 (um) ano, até 27 de julho de 2003. A segunda prorrogação teve por objetivo, apenas, a prorrogação do prazo, por mais 02 (dois) anos, até 27 de julho de 2005. Visando a prorrogação do prazo de desembolso, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, autorizou, em 15 de setembro de 2005 a celebração de aditivo contratual por mais 9 (nove) meses, a partir de 27/07/2005 até 28 de abril de 2006. Em abril de 2006, visando o encerramento da operação e realização de pagamentos de contratos cujo prazo de execução ultrapassavam o prazo do último desembolso foi solicitada pela Secretaria Especial do INTERLEGIS o cancelamento de US\$ 1.440.973,60 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil, novecentos e setenta e três dólares e sessenta centavos de dólar) e a prorrogação especial do prazo do último desembolso para 28 de julho de 2006.
- 2.8. A necessidade do Programa e seus objetivos foram definidos pelo Senado Federal, em 1998, que se baseou em diagnóstico preliminar da situação e do funcionamento do Legislativo Brasileiro que constatou: i) Grande heterogeneidade das representações políticas; ii) Deficiência na comunicação, informação e articulação entre as diferentes esferas legislativas; iii) Limitada participação da sociedade na tomada de decisões políticas; iv) Políticas, serviços e tecnologia de informática legislativa pouco desenvolvidas; v) Carência de infra-estrutura tecnológica.
- 2.9. Para a coordenação e execução das ações do Programa foi definida a seguinte estrutura: i) Diretoria Nacional do Programa – sob a responsabilidade do Primeiro Secretário do Senado: ii) Diretoria Executiva –



sob a responsabilidade do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN; iii) Diretoria de Coordenação do Programa - sob a responsabilidade do PRODASEN; iv) Diretoria Administrativo-Financeira - sob a responsabilidade do PRODASEN; e, v) Chefias de Serviço (uma para cada Subprograma do INTERLEGIS) além da criação no âmbito do referido órgão, posteriormente, da Subsecretaria Especial do Programa INTERLEGIS. O PRODASEN era o órgão executor do Programa até então, quando mediante o Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, nº 08/2005, a Subsecretaria Especial do INTERLEGIS, foi transformada em Secretaria Especial do INTERLEGIS (SINTER), mediante ato da Comissão Diretora do Senado Nº 17/2006, no mesmo nível hierárquico do PRODASEN, subordinada diretamente à Diretoria-Geral do Senado Federal, que será a próxima UEP responsável pela execução do INTERLEGIS II, o E-Legislativo.

- 2.10. Para apoio à execução, em setembro de 1998, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores – ABC/MRE.
- 2.11. Os anos de 1999 a 2002 foram dedicados à estruturação do INTERLEGIS, à criação de sua sede, inaugurada em 13 de fevereiro de 2001, ao início das operações da Rede Nacional INTERLEGIS, ao início da implementação da Comunidade Virtual do Poder Legislativo, ao estabelecimento da infra-estrutura tecnológica dos primeiros municípios selecionados, à dotação das Assembleias Legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal – DF das Salas Multiuso com equipamentos (20 computadores, 02 servidores e 01 impressora), ao desenvolvimento de algumas ferramentas voltadas para as atividades parlamentares, à estruturação dos cursos a distância e a montagem da Central de Relacionamento (call-center).
- 2.12. Nos anos seguintes, 2003 e 2004, as ações do Programa voltaram-se, basicamente, a seguir: i) para o desenvolvimento e a implementação dos Cursos de Educação a Distância – EAD; ii) para o desenvolvimento de novas versões dos sistemas DAPL (Sistema de Apoio ao Processo Legislativo) e SAAP (Sistema de Apoio a Atividade Parlamentar); iii) para o desenvolvimento do Novo Portal INTERLEGIS; iv) para o treinamento de vereadores e funcionários em Informática Básica, nos sistemas desenvolvidos pelo Núcleo Central do INTERLEGIS e no processo de alimentação do Portal pelas próprias Casas e parlamentares; v) para a realização dos Seminários Regionais e Nacionais do Programa; vi) para a divulgação do Programa, com a atualização diária das informações da Comunidade no Portal, edição e distribuição de Boletim Informativo e execução de um programa de rádio; vii) para a descentralização da educação a distância; e, viii) para a realização de pesquisas legislativas.
- 2.13. Os anos de 2005 e 2006 foram dedicados à estruturação da Secretaria Especial, mantendo as atividades anteriormente estabelecidas e realizando duas inovadoras ações não contempladas inicialmente: o 1º Censo do Legislativo Brasileiro e o Projeto Piloto de Modernização de 100 (cem) Câmaras Municipais, dedicado ao desenvolvimento de um pacote de modernização que consolida o conjunto dos produtos criados nas fases anteriores.
- 2.14. Apesar do atraso no prazo de execução inicialmente previsto e do cancelamento de recursos, conseqüentes das mudanças na direção do Programa (Mesa do Senado de 02 em 02 anos, e Casas Legislativas de 04 em 04 anos), além do contingenciamento dos recursos, todos os objetivos e resultados esperados foram alcançados, a saber: i) fortalecimento dos canais de comunicação, com a criação da Rede INTERLEGIS; ii) facilidade de comunicação em tempo real, entre parlamentares federais, estaduais e municipais e destes, com a sociedade em geral; iii) apoio, treinamento e assistência técnica as diversas instancias legislativas; iv) distribuição eletrônica de documentos, tais como discursos, pronunciamentos, dados dos orçamentos públicos e projetos de lei; v) realização de reuniões eletrônicas e teleconferências; vi) realização de treinamentos a distância; vii) desenvolvimento e intercâmbio de soluções entre os parlamentares; viii) realização de pesquisas on-line a bases de dados de legislação, bibliografia e jurisprudência.

## **b. Descrição do Programa**

### **i. Objetivos de Desenvolvimento<sup>1</sup>**

- 2.15. O objetivo principal do Programa INTERLEGIS é apoiar o processo de modernização do Poder Legislativo Brasileiro, em suas instâncias Federal, Estadual e Municipal, com a criação e desenvolvimento de uma Comunidade Virtual para o Sistema Legislativo Nacional, buscando melhorar a comunicação e o fluxo de informação entre os legisladores, aumentar a eficiência e competência das Casas Legislativas, oferecendo

<sup>1</sup> Não houve reformulações no Objetivo de Desenvolvimento.



suporte técnico para as áreas meio e fim, e promovendo a participação cidadã nos processos legislativos. Seus objetivos específicos são:

- ✓ Educar e formar os legisladores e funcionários e informar o cidadão sobre o processo legislativo;
- ✓ Estabelecer um canal de comunicação entre os legisladores em todos os níveis e entre os legisladores e o cidadão;
- ✓ Melhorar e expandir o acesso à informação que facilitara o processo legislativo;
- ✓ Produção e disseminação de novas tecnologias geradoras de sistemas e produtos para o melhoramento da função legislativa;
- ✓ Apoio à pesquisa científica aplicada à informática e à informação tecnológica para os poderes legislativos;
- ✓ Prover infra-estrutura, equipamento e formação para possibilitar a utilização do INTERLEGIS;
- ✓ Instalação de equipamentos nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais, Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União;
- ✓ Formar legisladores e funcionários para o uso da tecnologia do INTERLEGIS;
- ✓ Criação de Salas Multiuso para apoiar a formação e consultas no INTERLEGIS, tanto no nível Estadual como Municipal.

## ***ii. Subprogramas e Componentes<sup>2</sup>***

### **2.16. SUBPROGRAMA 1 - Formação da Comunidade Virtual "INTERLEGIS".**

OBJETIVO: Melhorar os canais de comunicação, educação e informação entre os membros do Poder Legislativo e entre estes e a Sociedade Civil.

#### **COMPONENTES:**

##### **1. Educação via INTERLEGIS.**

Objetivo: Desenvolvimento de programas educativos e de capacitação utilizando tecnologia informatizada para agilizar o processo legislativo.

##### **2. Comunicação via INTERLEGIS.**

Objetivo: Estabelecimento de canais de comunicação entre legisladores no nível federal, estadual e municipal e entre estes e a sociedade civil.

##### **3. Informação via INTERLEGIS.**

Objetivo: Compilação de informações contidas em bancos de dados já existentes e desenho de mecanismos de pesquisa e treinamento através de acesso a esses bancos e expansão dos mesmos.

### **2.17. SUBPROGRAMA 2 - Desenvolvimento e transferência de tecnologia, pesquisa e serviços.**

OBJETIVO: Disseminar novos produtos, serviços e tecnologia da informação.

#### **COMPONENTES:**

##### **1. Desenvolvimento e transferência de produtos, serviços e tecnologia.**

Objetivo: Desenvolvimento de soluções tecnológicas para o Senado Federal, adaptação de produtos já existentes para o uso de legislaturas locais e treinamento de legisladores e seus auxiliares no uso da nova tecnologia.

##### **2. Desenvolvimento de pesquisa em informação legislativa.**

Objetivo: Desenvolvimento de pesquisas sobre tecnologia da informação e informática legislativa, com a participação de universidades e centros de pesquisa locais e estrangeiros.

### **2.18. SUBPROGRAMA 3 – Infra-estrutura tecnológica "INTERLEGIS".**

OBJETIVO: Prover infra-estrutura, equipamento e treinamento para a implantação e operação da rede INTERLEGIS.

#### **COMPONENTES:**

##### **1. Instrumentalização do Núcleo Central.**

Objetivo: Montagem e desenvolvimento de estrutura organizacional do Programa INTERLEGIS.

##### **2. Instalação de Equipamentos.**

<sup>2</sup> Não houve reformulações nos Subprogramas e Componentes.



**PROGRAMA INTERLEGIS  
1123/OC-BR**



Objetivo: Aquisição de equipamentos e softwares para interligar 2500 casas legislativas estaduais e municipais com a rede central do INTERLEGIS.

**3. Treinamento e Apoio.**

Objetivo: Treinamento de legisladores e seus auxiliares no uso e manutenção de equipamentos de informática e de tecnologia organizacional.

**4. Salas Multi-Uso.**

Objetivo: Salas multi-uso para treinamento à distância adaptadas e equipadas.



### III. Resultados

#### a. Efeitos Diretos

ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (OD)		
Objetivo de Desenvolvimento (Propósito)	Indicadores Chaves de Efeitos Diretos	
1. Apoiar o processo de modernização do Poder Legislativo nos níveis Federal, Estadual e Municipal a fim de melhorar a comunicação e o fluxo de informação entre os legisladores e aumentar a participação e representação do público no processo legislativo.  Classificação: <b>S</b>	<b><u>Efeitos Diretos Planejados<sup>3</sup>:</u></b> <u>Linha de Base:</u> 27/071999  1.1. Criação da Rede Interlegis, com acesso através da Internet, permitindo a interconexão, por adesão, de todas as Casas Legislativas do país, e instrumentalizando cerca de 2500 (duas mil e quinhentas) dessas mesmas Casas, bem como colocando a disposição da sociedade, informações sobre o Poder e o processo legislativo.	<b><u>EFEITOS DIRETOS OBTIDOS:</u></b> <u>Data dos Dados:</u> Junho/2006  1.1. Encontra-se implantada e mantida a Rede Nacional do INTERLEGIS (RNI), com aproximadamente 4.200 (quatro mil e duzentas) Casas Legislativas aderidas e 3.278 (três mil, duzentos e setenta e oito) com equipamentos disponibilizados, instalados e em utilização. O Portal do Programa INTERLEGIS ( <a href="http://www.interlegis.gov.br">www.interlegis.gov.br</a> ) é o ponto de encontro da Comunidade Virtual do Poder Legislativo Brasileiro. Por seu intermédio, legisladores federais, estaduais, municipais e demais membros da sociedade civil podem obter e trocar informações sobre o trabalho legislativo. Registra-se que o Portal INTERLEGIS registra um excelente nível de acesso, chegando a atingir 200 mil acessos por mês.
	<b><u>Efeitos Diretos Planejados:</u></b> <u>Linha de Base:</u> 27/071999  1.2. Melhoria da Qualidade do processo legislativo e das leis dele decorrentes, assim como do acesso à informação sobre as atividades das Casas Legislativas;	<b><u>Efeitos Diretos Obtidos:</u></b> <u>Data dos Dados:</u> Junho/2006  1.2. Foi desenvolvido no âmbito do Programa o <b><i>Modelo de Modernização para o Poder Legislativo</i></b> que disponibilizou as Casas aderidas Marcos de Referência objetivando a melhoria da qualidade do processo e das leis, tais como: i) Marco Referencial de Tecnologia para o Legislativo; ii) Marco Referencial de Informação Legislativa; iii) Marco Referencial de Comunicação Legislativa; e iv) Marco Referencial de Educação Legislativa.  Além dos Marcos de Referência, supra mencionados, foram desenvolvidos, implantados e disponibilizados Sistemas Informatizados de apoio ao acesso e gestão de informações, quais sejam: i) Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) – sua função é automatizar as principais rotinas da área-fim das Casas Legislativas; ii) Sistema de Apoio a Atividade Parlamentar (SAAP) – conjunto de aplicativos integrados, cobrindo as principais funções de relacionamento do parlamentar com a sociedade; iii) Sistema de Apoio a Administração Legislativa (SAAL) – conjunto de aplicativos integrados, cobrindo as funções de administração de: a) Recursos Humanos; b) Folha de Pagamentos; c) Orçamento; d) Contabilidade; e) Tesouraria; f) Patrimônio e Material.

<sup>3</sup> Quando da Elaboração do Marco Lógico do INTERLEGIS não foram previstos Efeitos intermediários. A Linha de Base foi extraída dos dados constantes do Informe de Projeto, Marco Lógico e Anexo "A" do Contrato de Empréstimo.





### ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (OD)

Objetivo de Desenvolvimento (Propósito)	Indicadores Chaves de Efeitos Diretos	
<p>1. Apoiar o processo de modernização do Poder Legislativo nos níveis Federal, Estadual e Municipal a fim de melhorar a comunicação e o fluxo de informação entre os legisladores e aumentar a participação e representação do público no processo legislativo.</p> <p>Classificação: <b>S</b></p>	<p><b>Efeitos Diretos Planejados:</b> <u>Linha de Base:</u> 27/071999</p> <p>1.3. Registro de opinião pública sobre o Poder Legislativo e melhor informação acerca do seu papel e de suas atividades.</p>	<p><b>Efeitos Diretos Obtidos:</b> Data dos Dados: Junho/2006</p> <p>1.3. Nos últimos seis anos foram realizados os seguintes estudos e pesquisas, com o objetivo de obter um melhor entendimento acerca do verdadeiro papel e atividades do Poder Legislativo Brasileiro, cabendo destaque: i) ao Estudo sobre "A Imagem Pública do Parlamento Brasileiro"; ii) Pesquisa de Avaliação do Portal INTERLEGIS; iii) a Pesquisa sobre a História do Parlamento Brasileiro; iv) ao Estudo sobre "Percepção de Poder em uma Escala Horizontal da Vereança em relação aos seus Pares"; v) a Pesquisa sobre "Mecanismos de Controle do Legislativo Municipal em relação à Execução Orçamentária: Um Estudo de Caso"; vi) ao 1º Censo do Legislativo Brasileiro; vii) ao Estudo sobre a Avaliação de Impacto do Programa INTERLEGIS; viii) ao Estudo "Pré-teste da Dívida Previdenciárias das Câmaras Municipais".</p>

**REFORMULAÇÃO.**

☒ N/A

**PPMR Retrofitting.** Indicar se/como/quando o(s) objetivo(s) foram reformulados e descrever brevemente suas consequências incluindo quaisquer mudanças nos indicadores/metadados. Incluir como anexo "A" documentação aprovada pelo Diretório e/ou Representante, se for o caso.

☒ N/A

#### Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento Classificação(OD):

☐ Muito Provável(MP)    ☒ Provável (P)    ☐ Pouco Provável (LP)    ☐ Improvável (I)

**Justifique brevemente a classificação de OD:**

Apesar do atraso no prazo de execução inicialmente previsto e do cancelamento de recursos, conseqüentes das mudanças na direção do Programa (Mesa do Senado de 02 em 02 anos, e Casas Legislativas de 04 em 04 anos), contingenciamento dos recursos, e grandes variações cambiais, todos os objetivos e resultados esperados foram alcançados e alguns em muito superados (previsão inicial de 2500 Casas Legislativas Estaduais e Municipais, interligadas a rede central do INTERLEGIS – ao final do Programa com aproximadamente 4.200 Casas Legislativas aderidas e aparelhamento de 3.278), a saber: i) fortalecimento dos canais de comunicação, com a criação da Rede INTERLEGIS; ii) facilidade de comunicação em tempo real, entre parlamentares federais, estaduais e municipais e destes, com a sociedade em geral; iii) apoio, treinamento e assistência técnica as diversas instancias legislativas; iv) distribuição eletrônica de documentos, tais como discursos, pronunciamentos, dados dos orçamentos públicos e projetos de lei; v) realização de reuniões eletrônicas e teleconferências; vi) realização de treinamentos a distância; vii) desenvolvimento e intercâmbio de soluções entre os parlamentares; viii) realização de pesquisas on-line a bases de dados de legislação, bibliografia e jurisprudência.

Cabe ressaltar que Programas inovadores e com a participação de atores dessa natureza (políticos) necessitam de um maior prazo para sua maturação e envolvimento dos mesmos. Um processo como este completa o seu ciclo em, pelo menos, duas décadas, que é o tempo em que as mudanças sociais e culturais são incorporadas por uma comunidade tão dispersa e desigual como a Legislativa.



**Estratégia de País:** Dados os resultados acima discutidos, descrever brevemente como o projeto contribuiu à estratégia de país.

Esta operação foi incluída entre os projetos do BID de Modernização do Estado. Ademais, o BID inclui o Interlegis, também, como um dos programas por ele financiados de combate à corrupção na América latina e no Caribe. No documento *“Fortalecimiento de um marco sistémico contra la corrupción para el Banco Interamericano de Desarrollo”*, de 2001, o Banco coloca que:

***“El programa Interlegis de Brasil está diseñado para asegurar que las ramas legislativas del poder federal, estatal y municipal queden conectadas por vía electrónica para compartir experiencias e información, reunir algunos enfoques comunes respecto del proceso legislativo, servir como mecanismo adicional para la educación de los legisladores y proveer a la ciudadanía la información en tiempo real acerca de las actividades de sus respectivos órganos legislativos”.***

Considerando que com a implementação das ações do Programa encontra-se estruturada, consolidada e ativa a Rede do Poder Legislativo que permitiu e disseminou conhecimento, de igual modo, a todos os entes pertencentes da Comunidade do Legislativo Brasileiro dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), verifica-se que a implementação das ações programadas contribuiu para o Fortalecimento e Modernização da Comunidade Legislativa, por meio do melhoramento da gestão de suas funções com a disponibilização de serviços efetivos e de qualidade a sociedade que representa.

## **b. Externalidades**

- 3.1. O INTERLEGIS foi estruturado com base na *adesão voluntária de parlamentares e Casas Legislativas*. No decorrer da execução verificou-se que as instituições integrantes do Poder Legislativo, nas suas três esferas, não obedecem a uma linha de comando ou hierarquia de poder. A adesão é condicionada ao convencimento, a mobilização constante e a oferta de produtos e serviços que respondam as necessidades da Comunidade.
- 3.2. Outros elementos a serem considerados, que dificultaram o cumprimento do planejado são: i) problemas de especificação e demora nos processos licitatórios, no âmbito da cooperação técnica celebrado com o PNUD; ii) dificuldade na distribuição dos equipamentos em todas as regiões do país – logística; iii) dificuldade na instalação – inexistência ou precariedade da infra-estrutura local das Assembléias.
- 3.3. As mudanças e avanços tecnológicos favoreceram para um maior aproveitamento dos recursos destinados a esse fim, mas por outro lado, fez com que as estimativas de custo inicial dos equipamentos que seriam adquiridos se demonstraram superestimados.
- 3.4. Verificou-se a necessidade do estabelecimento de regionalização de ações e diferenciação de produtos e serviços para o atendimento das características sócio-econômicas e culturais das Casas Legislativas. Muitos Municípios ainda não aderiram ao Programa por falta de estrutura básica. Há municípios em que sequer se consegue uma conexão elétrica estável o suficiente para instalar equipamentos de informática.
- 3.5. Mudanças nas regras de contratação de consultorias, em 2003, impostas pelo Governo, por meio do Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público do Trabalho, o chamado TAC, que proibiu a contratação de consultores – Pessoa Física para compor as equipes base de apoio a execução de programas e projetos executados com o apoio de Agências de Cooperação Técnica Internacional e pela publicação do Decreto nº 5.151/2003, que praticamente inviabilizou a contratação de consultores - Pessoa Física, por produto, inclusive de professores.
- 3.6. Dificuldades em encontrar os recursos necessários no mercado, devido ao caráter de inovação do modelo de desenvolvimento de soluções adotado, baseado em software livre.



**c. Produtos**

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<b>1) Subprograma I</b> - Formação da Comunidade Virtual "INTERLEGIS". <b>Componente 1.</b> Educação via INTERLEGIS. - <u>Custo total do Subprograma I:</u> Contraparte: 2.806.321,00 BID: US\$ 919.700,49 Desembolso BID: 76,65% - <u>Classificação:</u> <b>S</b>	<p align="center"><b><u>Produtos Planejados</u></b><sup>4</sup></p> <p><u>Linha de Base:</u> 27/071999</p> <p>1.1.1. 12 Cursos desenvolvidos através de consultoria, nos níveis introdutório, intermediário e avançado para as Casas Legislativas;</p> <p>1.1.2. 12 pacotes de software para apoio ao ensino à distância, desenvolvidos;</p> <p>1.1.3. Software de autoria adquirido para acompanhamento das aplicações e instalações;</p> <p>1.1.4. 06 técnicos treinados nas ferramentas de autoria adquiridos;</p> <p>1.1.5. 06 tutores habilitados a atuar como especialistas no papel e atividades do Legislativo;</p> <p>1.1.6. 25 turmas, por ano, realizados via Internet;</p> <p>1.1.7. 05 Seminários Nacionais, realizados;</p> <p>1.1.8. 45 Seminários/Workshops Regionais, promovidos;</p> <p>1.1.9. 05 Tutores contratados para acompanhar os seminários e workshops;</p> <p>1.1.10. 04 especialistas contratados para realização de análise e avaliação de impactos dos programas de treinamento.</p>	<p align="center"><b><u>Produtos Obtidos</u></b></p> <p><u>Data dos Dados:</u> Junho/2006</p> <p>1.1.1. 13 cursos EAD (ensino a distância e módulos correlatos) e 26 cursos presenciais desenvolvidos e implementados.</p> <p>1.1.2. 01 pacote desenvolvido – Sistema de Apoio à Tutoria (SAT) e 08 pacotes adquiridos para apoio ao desenvolvimento de cursos de Ensino a Distancia (EAD): i) Adobe Premiere 6.0; ii) Adobe InDesign 2.0; iii) Adobe Photoshop 6.0; iv) Adobe Acrobat 5.0; v) Adobe Illustrator 10; vi) CorelDraw 10; vii) Flash 5.0; e, viii) Macromedia Dreamweaver 4. Todo desenvolvimento a partir da plataforma livre moodle do sistema de autoria e gerenciamento de cursos do Programa Interlegis denominado SABERES.</p> <p>1.1.3. Software WebCT adquirido e implantado. Substituição do Software webct pelo sistema de autoria e gerenciamento SABERES.</p> <p>1.1.4. 06 técnicos treinados nas ferramentas de autoria adquiridos.</p> <p>1.1.5. 40 Tutores especialistas e estagiários treinados no SABERES, 06 tutores habilitados a atuar como especialistas no papel e atividades do Legislativo;</p> <p>1.1.6. 261 Turmas em Cursos realizados via Internet – 09 turmas em 2002; 25 turmas em 2003; 77 turmas em 2004. 150 turmas 2005/2006;</p> <p>1.1.7. Em junho de 2006 foi realizado o V Seminário Nacional Interlegis na cidade de Vitória-ES;</p> <p>1.1.8. 277 Seminários/Workshops regionais promovidos ao longo de 5 anos de execução do Programa;</p> <p>1.1.9. Esta ação foi realizada por componentes da equipe do Programa;</p> <p>1.1.10. Será um dos produtos do CENSO/2005.</p>
Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável). <b>[X] N/A</b>		
<b>Reestruturação.</b> Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças. <b>[X] N/A</b>		

<sup>4</sup> Quando da Elaboração do Marco Lógico do INTERLEGIS não foram previstos Produtos Intermediários anuais. A Linha de Base foi extraída dos dados constantes do Informe de Projeto, Marco Lógico e Anexo "A" do Contrato de Empréstimo.



**PROGRAMA INTERLEGIS**  
**1123/OC-BR**



Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<b>1) Subprograma I</b> - Formação da Comunidade Virtual "INTERLEGIS". <b>Componente 2.</b> Comunicação via INTERLEGIS. - <u>Custo total do Subprograma I:</u> Contraparte: 2.806.321,00 BID: US\$ 919.700,49 Desembolso BID: 76,65% - <u>Classificação:</u> <b>S</b>	<u>Produtos Planejados</u>	<u>Produtos Obtidos</u>
	<u>Linha de Base:</u> 27/071999  1.2.1. 04 painéis de discussão por ano – grupos de debate, entre os legisladores, realizados através da rede INTERLEGIS; 1.2.2. 04 teleconferências por ano, realizadas via INTERLEGIS; 1.2.3. Pesquisas de opinião, dirigidas ao público, realizadas via rede; 1.2.4. 02 Projetos por ano para incrementar a comunicação entre o público e o poder legislativo, realizados; 1.2.5. 02 programas anuais de divulgação do Programa e do processo legislativo, realizados; 1.2.6. Pelo menos uma publicação sobre o INTERLEGIS.	<u>Data dos Dados:</u> Junho/2006  1.2.1. São realizados fóruns de discussão - uma enquête semanal por intermédio do Portal do INTERLEGIS. Foram realizados 53 eventos presenciais, desta natureza; 1.2.2. Em 2002 foram realizadas 40 videoconferências, em 2003 140, em 2004 199, em 2005 159, com um total de 878 (oitocentos e setenta e oito) horas de transmissão só em 2005; 1.2.3. 02 Pesquisas de Opinião realizadas, 35 enquetes via Portal e 19 Campanhas via Central de Relacionamento; 1.2.4. São realizados regularmente contatos com a mídia de todo o país (imprensa, internet, etc), por meio de telefone e emissão de <i>releases</i> semanais, para divulgação dos eventos e ações do Programa. Além disso, foi criado o <i>Boletim Virtual do Programa INTERLEGIS</i> , emitido semanalmente para os principais veículos de comunicação do país e integrantes da Comunidade INTERLEGIS por meio da Internet. Outro boletim virtual traz uma síntese das principais matérias publicadas semanalmente no Portal. Um vídeo institucional do INTERLEGIS, com 8 minutos de duração, foi elaborado e enviado a todas as Assembléias Legislativas, bem como para algumas Câmaras Municipais. Foram elaborados dois encartes especiais no <i>Jornal do Senado</i> , que tem uma circulação aproximada de 60 mil exemplares. O Programa de rádio "INTERLEGIS Notícias", foi veiculado nas Ondas Curtas da Rádio Senado, indo ao ar de fevereiro a setembro de 2003. No mesmo ano, foi terceirizado o serviço de "rádio release", com produção e transmissão de matérias radiofônicas para 194 emissoras de todo o país. Contrato com o Canal FUTURA em 2005. 1.2.5. Atendido pelo 1.2.4 acima; 1.2.6. Foi publicado o Manual de Educação do Programa Interlegis que é um documento norteador do processo de capacitação e modernização do Capital Humano das Casas Legislativas
Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável). <b>[X] N/A</b>		
<b>Reestruturação.</b> Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças. <b>[X] N/A</b>		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<b>1) Subprograma I</b> - Formação da Comunidade Virtual "INTERLEGIS". <b>Componente 3.</b> Informação via INTERLEGIS. - <u>Custo total do Subprograma I:</u> Contraparte: 2.806.321,00 BID: US\$ 919.700,49 Desembolso BID: 76,65% - <u>Classificação:</u> <b>S</b>	<u>Produtos Planejados</u>	<u>Produtos Obtidos</u>
	<u>Linha de Base:</u> 27/071999  1.3.1. 15 manuais, incluindo orientações e normas de interesse da comunidade INTERLEGIS; 1.3.2. Base de dados contendo a legislação corrente e modelo disponível; 1.3.3. Membros da Comunidade INTERLEGIS acessando o site, pelo menos	<u>Data dos Dados:</u> Junho/2006  1.3.1. 05 Manuais desenvolvidos e disponibilizados; 1.3.2. Na área de Informação Legislativa constante do Portal do INTERLEGIS estão disponibilizadas as normas legais vigentes no país, nas esferas federal, estadual e municipal. 1.3.3. São realizados 200 mil acessos por mês; 1.3.4. Em execução no Portal INTERLEGIS. Diversas





**PROGRAMA INTERLEGIS**  
**1123/OC-BR**



	uma vez por mês; 1.3.4. 3000 webpages disponíveis; 1.3.5. 25 cursos do INTERLEGIS sobre o processo legislativo.	Casas Legislativas estão desenvolvendo suas webpages fora do Portal, utilizando as tecnologias transferidas pelo INTERLEGIS. Em 2004 a média mensal de <i>pages view</i> foi de 2.874.626; 1.3.5. 12 Cursos à distância desenvolvidos, implementados, empacotados e informatizados.
Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável). <b>[X] N/A</b>		
<b>Reestruturação.</b> Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças. <b>[X] N/A</b>		
<b>Componentes ("Outputs"):</b>	<b>Indicadores Chaves de Produto:</b>	
<b>2) Subprograma II</b> - Desenvolvimento e transferência de tecnologia, pesquisa e serviços. <b>Componente 1.</b> Desenvolvimento e transferência de produtos, serviços e tecnologia - <u>Custo total do Subprograma II:</u> Contraparte: 438.225,00 BID: US\$ 26.029,00 Desembolso BID: 2,4% - <u>Classificação:</u> <b>S</b>	<u><b>Produtos Planejados</b></u> <u>Linha de Base:</u> 27/071999 2.1.1. 15 manuais elaborados e disseminados, incluindo orientações e normas de agências governamentais; 2.1.2. Base de dados textual gerencial disponível; 2.1.3. Sistema de informação para elaboração e acesso a legislação, disponível; 2.1.4. Boletim de informação oficial diária elaborado. 2.1.5. Sistema para a coleta de dados e informações municipais desenvolvido; 2.1.6. Membros do INTERLEGIS acessando pelo menos duas vezes por mês o "site" (produtos e serviços novos); 2.1.7. Mecanismo de pesquisa sobre informação legislativa especializada, definido.	<u><b>Produtos Obtidos</b></u> <u>Data dos Dados:</u> Junho/2006 2.1.1. 02 manuais elaborados e disponibilizados; 2.1.2. Esta meta foi atingida por meio dos mecanismos de pesquisa existentes nos diversos aplicativos como: o SAPL, SAAP, Portal Modelo e Portal Interlegis. 2.1.3. Desenvolvimento, implantação e disponibilização dos Sistemas – SAPL, SAAP e SAAL; 2.1.4. Foi criado o <i>Boletim Virtual do Programa INTERLEGIS</i> , emitido semanalmente para os principais veículos de comunicação do país e integrantes da Comunidade INTERLEGIS por meio da Internet. 2.1.5. O Portal INTERLEGIS possibilita a coleta de dados institucionais e composição das Casas Legislativas; 2.1.6. Meta atingida via Portal; 2.1.7. Portal Modelo para Casas Legislativas – sistema de gerenciamento de conteúdo que permite a publicação e pesquisa na Internet dos diversos tipos de informação gerados pela atividade das Casas, aumentando a interação com o público e a transparência de seus processos.
Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável). A evolução da tecnologia da informação e o surgimento de novos produtos de usos múltiplos permitiram a otimização de resultados nas ações de outros componentes, de tal forma que o mesmo produto permite o alcance de metas de diferentes componentes, conforme se verificará no prosseguimento deste relatório.		
<b>Reestruturação.</b> Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças. <b>[X] N/A</b>		
<b>Componentes ("Outputs"):</b>	<b>Indicadores Chaves de Produto:</b>	
<b>2) Subprograma II</b> - Desenvolvimento e transferência de tecnologia, pesquisa e serviços. <b>Componente 2.</b> Desenvolvimento de pesquisa em informação legislativa. - <u>Custo total do Subprograma II:</u> Contraparte: 438.225,00 BID: US\$ 26.029,00 Desembolso BID: 2,4% - <u>Classificação:</u> <b>S</b>	<u><b>Produtos Planejados</b></u> <u>Linha de Base:</u> 27/071999 2.2.1. 15 estudos /pesquisas desenvolvidas nas áreas de informática, educação, ciência política, processos legislativos, etc.	<u><b>Produtos Obtidos</b></u> <u>Data dos Dados:</u> Junho/2006 2.2.1. 13 estudos /pesquisas desenvolvidas.
Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável). <b>[X] N/A</b>		





**PROGRAMA INTERLEGIS**  
**1123/OC-BR**



**Reestruturação.** Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças.

[X] N/A

Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<b>3) Subprograma III - Infra-estrutura tecnológica "INTERLEGIS".</b>  <b>Componente 1.</b> Instrumentalização do Núcleo Central.  - <u>Custo total do Subprograma III:</u> Contraparte: 6.499.842,00 BID: US\$ 14.400.000,00 Desembolso BID: 100% - <u>Classificação:</u> <b>S</b>	<u>Produtos Planejados</u>	<u>Produtos Obtidos</u>
	<u>Linha de Base:</u> 27/071999  3.1.1. Prédio central construído, equipado e ocupado. 3.1.2. UEP instalada e em funcionamento; 3.1.3. Conexão de alta velocidade contratada.	<u>Data dos Dados:</u> Junho/2006  3.1.1. Construído um prédio moderno e funcional, de dois andares, com garagem em 4.453 metros quadrados, que abriga a equipe central do Programa, em Brasília. Núcleo Central do Interlegis equipado com rede de 40 microcomputadores, 15 impressoras e 05 servidores. 3.1.2. Foi montada equipe qualificada e especializada, composta por funcionários do Senado, consultores contratados via Cooperação Técnica com o PNUD e por 30 Assistentes Parlamentares, contratados em conformidade com o Ato Nº 38 de 2003, da Comissão Diretora do Senado; 3.1.3. Firmado contrato para prestação deste serviço.

Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).

[X] N/A

**Reestruturação.** Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças.

[X] N/A

Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<b>3) Subprograma III - Infra-estrutura tecnológica "INTERLEGIS".</b>  <b>Componente 2.</b> Instalação de Equipamentos.  - <u>Custo total do Subprograma III:</u> Contraparte: 6.499.842,00 BID: US\$ 14.400.000,00 Desembolso BID: 100% - <u>Classificação:</u> <b>S</b>	<u>Produtos Planejados</u>	<u>Produtos Obtidos</u>
	<u>Linha de Base:</u> 27/071999  3.2.1. 2500 Casas Legislativas Estaduais e Municipais, interligadas a rede central do INTERLEGIS.	<u>Data dos Dados:</u> Junho/2006  3.2.1. 3.278 Casas com equipamentos (estações de trabalho INTERLEGIS - formada por um computador, impressora, gateway e estabilizador) foram disponibilizadas e encontram-se interligadas a rede central.

Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).

[X] N/A

**Reestruturação.** Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças.

[X] N/A

Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<b>3) Subprograma III - Infra-estrutura tecnológica "INTERLEGIS".</b>  <b>Componente 3.</b> Treinamento e Apoio.  - <u>Custo total do Subprograma III:</u> Contraparte: 6.499.842,00 BID: US\$ 14.400.000,00 Desembolso BID: 100% - <u>Classificação:</u> <b>S</b>	<u>Produtos Planejados</u>	<u>Produtos Obtidos</u>
	<u>Linha de Base:</u> 27/071999  3.3.1. 150 monitores capacitados para ministrar treinamento a usuários da rede; 3.3.2. Help desk do INTERLEGIS instalado e disponível.	<u>Data dos Dados:</u> Junho/2006  3.3.1. Este produto foi denominado de "Treinamento Básico INTERLEGIS – TBI", com duração total de 40 horas, voltado à inclusão de parlamentares, assessores e funcionários das Casas Legislativas, por meio de treinamento presencial para a alimentação e utilização do Portal, no uso de ferramentas básicas de informática e nos sistemas desenvolvidos pelo INTERLEGIS disponibilizados nos equipamentos distribuídos. Foram treinados 1.320 entre alunos e Multiplicadores do TBI nas Assembléias Legislativas.  Em 2005 foram treinados 450 multiplicadores dos seguintes conteúdos: LINUX, OPEN OFFICE, PRODUTOS E SERVIÇOS INTERLEGIS. Como consequência estes multiplicadores formaram 2.553





**PROGRAMA INTERLEGIS**  
**1123/OC-BR**



		usuários de produtos e serviços INTERLEGIS; 3.3.2. Foi estruturada e instalada uma Central de Relacionamento/Atendimento ( <b>CRM</b> ), composta por 16 atendentes.
--	--	---

Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).

**[X] N/A**

**Reestruturação.** Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças.

**[X] N/A**

Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<b>3) Subprograma III - Infra-estrutura tecnológica "INTERLEGIS".</b>  <b>Componente 4. Salas Multi-Uso.</b>  <u>- Custo total do Subprograma III:</u> Contraparte: 6.499.842,00 BID: US\$ 14.400.000,00 Desembolso BID: 100%  <u>- Classificação: S</u>	<u>Produtos Planejados</u>	<u>Produtos Obtidos</u>
	<u>Linha de Base:</u> 27/071999  3.4.1. 30 Salas Multiuso/ representações do INTERLEGIS instaladas; 3.4.2. Salas em utilização pelo menos uma vez por mês.	<u>Data dos Dados:</u> Junho/2006  3.4.1. Encontram-se instaladas: i) 26 Salas Multiuso nas Assembleias Legislativas Estaduais; ii) 01 na Câmara Legislativa do Distrito Federal; iii) 01 na Câmara dos Deputados; e, iv) 01 no Tribunal de Contas da União; 3.4.2. As salas instaladas são utilizadas no dia-a-dia Conforme a programação de cada unidade instalada.

Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).

As salas multiuso do Senado Federal e das Assembleias Legislativas de Rondônia, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Roraima, Rio Grande do Norte e Câmara Legislativa do Distrito Federal foram desativadas, devido à obsolescência de equipamentos mais antigos.

**Reestruturação.** Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças.

**[X] N/A**

**Resumo do Progresso de Implementação – Classificação:**

☐ Muito Satisfatório (MS)    ☒ Satisfatório (S)    ☐ Insatisfatório(I)    ☐ Muito Insatisfatório (MI)

**d. Custos do Projeto**

PLANEJADO				ATUAL			
Subprograma	Origem		TOTAL (US\$)	Subprograma	Origem		TOTAL (US\$)
	Local	BID			Local	BID	
1. Formação da Comunidade Virtual "INTERLEGIS".	6.100	5.900	12.000	1. Formação da Comunidade Virtual "INTERLEGIS".	2.460	1.200	3.660
2. Desenvolvimento e transferência de tecnologia, pesquisa e serviços.	5.700	6.300	12.000	2. Desenvolvimento e transferência de tecnologia, pesquisa e serviços.	840	1.100	1.940
3. Infra-estrutura tecnológica " INTERLEGIS".	7.500	6.500	14.000	3. Infra-estrutura tecnológica " INTERLEGIS".	7.900	14.400	22.300
4. Custos Financeiros	1.860	250	2.110	4. Custos Financeiros	4.300	200	4.300
4.1. Supervisão e Inspeção	0	250	250	4.1. Supervisão e Inspeção	0	200	200
4.2. Juros	1.700	0	1.700	4.2. Juros	3.500	0	3.500
4.3. Comissão de Crédito	160	0	160	4.3. Comissão de Crédito	800	0	800
5. Imprevistos	1.090	3.050	4.140	5. Imprevistos	0	0	0
6. Administração e Supervisão	2.750	3.000	5.750	6. Administração e Supervisão	1.500	100	1.600
<b>TOTAL (US\$)</b>	<b>25.000</b>	<b>25.000</b>	<b>50.000</b>	<b>TOTAL (US\$)</b>	<b>17.000</b>	<b>17.000</b>	<b>34.000</b>





- 3.7. Foram realizados dois cancelamentos de recursos do Programa, ambos por solicitação do executor e aprovados pelo GETC/COFLEX/SEAIN/MP: i) em 2002 de US\$ 10 milhões, sendo US\$ 5 milhões dos recursos do Empréstimo e US\$ 5 milhões da contrapartida Local; e ii) em 2005 o montante de US\$ 6.000 milhões, sendo US\$ 3.000 milhões dos recursos do Empréstimo e US\$ 3.000 milhões.
- 3.8. Em 2006, com o encerramento do prazo de execução e desembolsos do Programa, foi realizado cancelamento automático de US\$ 1.440.973,60 milhão, referente a recursos não comprometidos ao final do período de execução, em conformidade com as regras e procedimentos do Banco.

## **IV. Implementação do Programa**

### **a. *Análise dos Fatores Críticos***

#### **4.1. Fatores Positivos:**

- ✓ As mudanças e avanços tecnológicos foram favoráveis a um maior aproveitamento dos recursos devido ao barateamento dos custos da tecnologia – hardware e software, ao longo do projeto.
- ✓ A realização do Censo Legislativo permitiu uma imagem mais completa do público alvo, o que contribuirá para o aperfeiçoando do planejamento das intervenções futuras.
- ✓ A realização do Censo permitiu um diagnóstico mais preciso da realidade das Casas e da necessidade de retorno à linha original de execução do Programa.
- ✓ O Interlegis ajudou a transformar a estrutura interna do Prodasen, resultando num crescente ganho de importância institucional que foi materializado na ascensão do órgão executor à categoria de Subsecretaria e, posteriormente, Secretaria Especial do Senado Federal. A institucionalização resultante disso permite a garantia do compromisso do Senado com a execução das futuras fases do Programa.
- ✓ Desenvolvimento de parcerias dentro e fora da comunidade legislativa.

#### **4.2. Fatores negativos:**

- ✓ A descritiva imprecisa de alguns indicadores dificultou a definição de ações que garantissem o cumprimento mais estrito de metas. A tradução de metas em ações não foi perfeita.
- ✓ Verificou-se a necessidade do estabelecimento de regionalização de ações e diferenciação de produtos e serviços para o atendimento das características sócio-econômicas das Casas Legislativas.
- ✓ A descontinuidade administrativa gerada pelas diferentes gestões provocou o desconhecimento ou a inadequação de prioridades em relação ao cumprimento das metas estabelecidas, resultando na impossibilidade das medições de desempenho serem levadas a contento.
- ✓ Devido às mudanças de gestão durante o período de execução dentro do Programa ocorreu descontinuidade de algumas ações.
- ✓ Apesar do Programa ter implantado a Rede Nacional do INTERLEGIS (RNI), superando a meta inicial do Programa de 2500 Casas aderidas, com aproximadamente 4.200 (quatro mil e duzentas) Casas Legislativas aderidas e aparelhamento de 3.278 (três mil, duzentos e setenta e oito) Casas, muitos Municípios ainda não aderiram ao Programa por falta de estrutura básica. Há municípios em que sequer se consegue uma conexão elétrica estável o suficiente para instalar equipamentos de informática. Outros ainda, não contam com pessoas qualificadas para receberem e manterem os equipamentos necessários para a conexão. Em outros Municípios, a Câmara Municipal sequer tem sede própria funcionando dentro do prédio da Prefeitura ou em outro espaço cedido para sua utilização.
- ✓ Dentre as Casas aderidas, nota-se que há pouco entrosamento entre as Câmaras de uma mesma micro-região, e o relacionamento entre as Câmaras Municipais e as suas respectivas Assembléias Estaduais é muito tênue ou até praticamente nulo. Neste sentido, o Programa INTERLEGIS vê sua posição de entidade central da Comunidade do Legislativo como estratégica para ampliar o alcance da Rede Nacional INTERLEGIS, de forma a alcançar os municípios menos capacitados e, por outro lado, ajudar na relação das Câmaras Municipais entre si e delas com as suas Assembléias Legislativas, criando sub-redes municipais, estaduais e regionais.
- ✓ Grande diversidade cultural e estrutural das Casas envolvidas.
- ✓ As mudanças nas regras de contratação das consultorias impostas pelo governo federal – Consultores Individuais, praticamente inviabilizaram a execução de ações mais complexas.



- ✓ Morosidade nos processos de aquisições de equipamentos e contratação de consultores realizados pelo PNUD durante a execução do Programa, resultou em um maior atraso na execução.
- ✓ A utilização de plataforma de Educação a Distância proprietária (WebCT) resultou nos seguintes problemas:
  - Limitação do número de usuários – permitindo que apenas um pequeno e restrito número de alunos sejam inscritos nos cursos. Essa limitação fere um dos princípios básicos de educação à distância: atingir um grande número de usuários;
  - A interface para o tutor não era amigável e a mensuração de dados avaliativos era realizada de forma manual, o que impactava na qualidade pedagógica das atividades do tutor;
  - O software não proporcionava a segurança necessária aos dados dos cursos.
- ✓ Houve dificuldades em encontrar os recursos necessários no mercado, devido ao caráter de inovação do modelo de desenvolvimento de soluções adotado, baseado em software livre;
- ✓ As habilidades necessárias às funções de formação da rede de ação e transferência de conhecimentos, não faziam parte dos perfis dos profissionais envolvidos com o trabalho, o que implicou em um processo de aprendizado.
- ✓ Por se tratar de um Programa inovador em muito de seus aspectos, com respeito as metas inicialmente fixadas para o Programa, as mesmas ou não foram totalmente especificadas, ou necessitaram ser revistas durante o processo.
- ✓ Inexistência de políticas e mecanismos de acompanhamento dos parceiros depois das intervenções realizadas.
- ✓ Incipiente divulgação do programa e dos produtos desenvolvidos.
- ✓ Cortes no orçamento;
- ✓ Variações cambiais.

**b. Desenvolvimento do Mutuário/Agência Executora**

Desempenho do Mutuário/Agência Executora			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório(MI)

Apesar do atraso no prazo de execução inicialmente previsto e do cancelamento de recursos, conseqüentes das mudanças na direção do Programa (Mesa do Senado de 02 em 02 anos, e Casas Legislativas de 04 em 04 anos), contingenciamento dos recursos, e grandes variações cambiais, todos os objetivos e resultados esperados foram alcançados e alguns em muito superados (previsão inicial de 2500 Casas Legislativas Estaduais e Municipais, interligadas a rede central do INTERLEGIS – ao final do Programa com aproximadamente 4.200 Casas Legislativas aderidas e aparelhamento de 3.278), a saber: i) fortalecimento dos canais de comunicação, com a criação da Rede INTERLEGIS; ii) facilidade de comunicação em tempo real, entre parlamentares federais, estaduais e municipais e destes, com a sociedade em geral; iii) apoio, treinamento e assistência técnica as diversas instancias legislativas; iv) distribuição eletrônica de documentos, tais como discursos, pronunciamentos, dados dos orçamentos públicos e projetos de lei; v) realização de reuniões eletrônicas e teleconferências; vi) realização de treinamentos à distância; vii) desenvolvimento e intercâmbio de soluções entre os parlamentares; viii) realização de pesquisas on-line a bases de dados de legislação, bibliografia e jurisprudência.

**c. Desenvolvimento do Banco**

Desempenho do Banco			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório(MI)



## **V. Sustentabilidade**

### **a. Análise de Fatores Críticos**

- 5.1. Um processo como este completa o seu ciclo em, pelo menos, duas décadas, que é o tempo em que as mudanças sociais e culturais são incorporadas por uma comunidade tão dispersa e desigual como a Legislativa. Muitas das atividades que serão tratadas na segunda fase do Programa, ainda, necessitam de suporte para se concretizarem, como, por exemplo:
- ✓ O modelo de modernização e de integração a ser levado para as Casas ainda não está completo. Faltam principalmente os marcos referenciais das áreas de Comunicação e de Fiscalização e sistemas operacionais ainda não finalizados.
  - ✓ Os municípios atingidos diretamente pelo Projeto com a distribuição de equipamentos significam, hoje, mais da metade do total de municípios brasileiros. Um projeto de interiorização do desenvolvimento e de inclusão digital não poderá colocar à margem os 2.000 municípios ainda não integrados à rede que se está criando pela Internet.
  - ✓ Não está totalmente equacionada a questão da manutenção dos equipamentos distribuídos às Assembléias (redes de micros e salas de videoconferência).
  - ✓ Nem todas as Casas estão preparadas para a divisão dos custos do programa: manutenção dos equipamentos, pagamento das operadoras de telefonia para o funcionamento da RN, contratação de tutores para os cursos etc. As Casas têm diferentes capacidades financeiras e organizacionais que deverão ser levadas em consideração no momento em que as transferências de custos e responsabilidades sejam discutidas.
  - ✓ O número de pessoal capacitado seja nos cursos EAD, seja no Treinamento Básico, ainda é pequeno, face ao tamanho da Comunidade, calculada em 133.000 pessoas (53 mil parlamentares e 80 mil funcionários).
  - ✓ O mesmo raciocínio se aplica à frequência do Portal que, embora muito alta para um site de entidade pública, tem muito para onde avançar.
  - ✓ As pesquisas que vão revelar o conhecimento real da Comunidade Legislativa foram completadas recentemente. O uso dos dados do I Censo Legislativo para o planejamento de atividades só será plenamente possível a partir de 2007.
  - ✓ A formação da Comunidade Virtual do Poder Legislativo, nas dimensões em que ela se apresenta no Brasil, está apenas começada. Ela não se estrutura durante a duração de apenas um projeto. Em especial a comunidade deve se tornar um instrumento de cooperação para todas as atividades legislativas, além dos aspectos de Tecnologia de Informação e Educação que hoje já estão operacionalizadas.
  - ✓ É necessário aumentar a responsabilização das parcerias, em especial as Assembléias Legislativas, para que funcionem como braços operacionais do INTERLEGIS nos Estados garantindo a sustentabilidade do Projeto, na medida em que assumem paulatinamente as atividades do Núcleo Central. O planejamento de atividades conjuntas de educação legislativa é o ponto de virada para aumentar a cooperação entre os parceiros. Existe uma nova rede em formação como resultado do levantamento dos dados do Censo, que são de interesse para todas as Assembléias e Câmaras Municipais.
  - ✓ Os sistemas de computador aplicáveis aos Poder Legislativo ainda não chegaram à maioria das Casas. O desenvolvimento desses sistemas se dá de forma semelhante ao funcionamento das comunidades virtuais de software livre. Um protótipo é lançado, discutido pela comunidade, aperfeiçoado de forma cooperativa e sua evolução, que é algo dinâmico, é acompanhada pela instituição que o lançou. O investimento em recursos humanos, técnicos e financeiros que cada membro da comunidade faz depende em grande medida da garantia de continuidade desse processo. As Casas Legislativas ainda necessitam de recursos para instalar e participar da evolução e das adaptações dos sistemas e de um aceno de continuidade da gerência do processo pelo núcleo central.

### **b. Riscos Potenciais**

- 5.2. Os principais riscos que podem afetar a sustentabilidade dos resultados são:
- ✓ Falta de apoio e patrocínio da alta direção do Senado.
  - ✓ Disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.
  - ✓ Disponibilidade de recursos para manutenção da infra-estrutura física e tecnológica.





- ✓ Apoio e compra da idéia por parte dos beneficiários do Programa.
- ✓ Desarticulação e extinção da Comunidade.
- ✓ Disponibilidade de recursos financeiros para manutenção dos bens recebidos por parte dos parceiros do Programa.

### **c. Capacidade Institucional**

- 5.3. Conforme estabelecido no Anexo "A" do Contrato de Empréstimo, foi estruturada uma Unidade de Execução do Programa (UEP), vinculada diretamente ao PRODASEN, responsável pela gestão e execução das ações do Programa.
- 5.4. Com a conhecida "Crise do Painel de Votação<sup>5</sup>", desencadeada na votação de 28 de junho de 2000, que resultou no afastamento de três senadores, o início da implementação do Programa foi diretamente afetado devido à constatação de envolvimento dos dirigentes do PRODASEN, a época, os quais foram afastados, gerando assim, uma paralisação das ações planejadas.
- 5.5. Além desse fato, cabe mencionar a dinâmica administrativa do Senado que é presa às mesas Diretoras, substituídas a cada dois anos. Cada mudança ocorrida no período de 1999 a 2005 resultou na substituição dos Diretores e parte da equipe da UEP e, conseqüentemente, na descontinuidade de ações e mudança nas diretrizes e prioridades.
- 5.6. Buscando o fortalecimento, sustentabilidade e institucionalização das ações do Programa, de posse de estudo sobre a Avaliação de Impacto do Programa, em 2005, a Subsecretaria Especial do Programa ligada à estrutura do PRODASEN foi transformada em Secretaria Especial do INTERLEGIS (SINTER) vinculada diretamente a estrutura do Senado, autônoma e com o mesmo nível hierárquico do PRODASEN.
- 5.7. No âmbito da SINTER vêm sendo desenvolvidas ações visando o alcance de uma alta Capacidade Institucional, experiência e competência. Após observar as transformações ocorridas com respeito à disponibilidade de recursos humanos, materiais, equipamentos, sistemas de informação, instrumentos de planejamento, organização e controle, bem como a gestão eficaz e eficiente dos recursos do Programa, e ainda, dos resultados obtidos elencados neste documento, verifica-se que a SINTER necessita, apenas, de fortalecimento em capacidades periféricas, específicas e pertinentes à execução de operações de crédito desta natureza.

#### **Classificação de Sustentabilidade (SU) :**

[ ] Muito Provável (MP)      [X] Provável (P)      [ ] Pouco Provável (LP)      [ ] Improvável (I)

## **VI. Monitoramento e Avaliação**

### **a. Informação de Resultados**

- 6.1. Os resultados do Programa foram acompanhados mediante a elaboração e apresentação dos Relatórios Semestrais de Progresso e por meio das auditorias anuais realizadas pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (SFCI/CGU) que analisaram aspectos relativos: i) a gestão das ações planejadas e executadas; e ii) orçamentários, contábeis e financeiros dos recursos utilizados.
- 6.2. Não foi prevista no âmbito do INTERLEGIS a realização de avaliação de meio-termo e/ou de avaliação final.
- 6.3. Com a realização do Censo do Legislativo Brasileiro, aproveitando a oportunidade, foi realizado em paralelo, uma avaliação dos resultados e impactos das ações do Programa e um levantamento dos equipamentos Interlegis instalados nas 2.500 Câmaras Municipais, com a verificação de sua condição de funcionamento e utilização.

### **b. Futuro Monitoramento e Avaliação Ex-Post**

<sup>5</sup> Violação ao Painel de Votação eletrônico do Senado para que fossem conhecidos os votos dos senadores no processo de cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão. Esta crise culminou na renúncia dos senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, acusados respectivamente de mandante e intermediário na ordem de violação do painel.



- 6.4. Não foi prevista, no Contrato de Empréstimo, a realização de uma avaliação *ex-post* no âmbito do INTERLEGIS, apesar de ter sido realizado, no âmbito do Censo, avaliação das ações e resultados do Programa.

## VII. Lições Aprendidas

### 7.1. Para o desenho de uma nova Operação:

- ✓ Necessidade de Diagnóstico inicial para formação de Linha de Base: A realização do Censo Legislativo permitiu uma imagem mais completa do público alvo, aperfeiçoando o planejamento das futuras intervenções. O atual estágio do desenvolvimento do Programa, que contempla um diagnóstico – Censo do Legislativo, permite uma melhor definição de indicadores para o desenho do E-Legislativo (futuras etapas do processo de modernização);
- ✓ Escopo da Operação: Verificou-se a necessidade do estabelecimento de regionalização de ações e diferenciação de produtos e serviços para o atendimento das características sócio-econômicas e culturais das Casas Legislativas.
- ✓ Monitoramento e Avaliação – Necessidade de se ter um instrumento que possa ser revisto e atualizado periodicamente: O Marco Lógico (ML) foi utilizado como escopo (orientador) das soluções e para o acompanhamento das ações implementadas e objetivos alcançados. Apesar de ter sido o instrumento balizador das ações e objetivos pretendidos, o ML não deve assumir condição estática sendo recomendada, para as próximas operações a previsão de realização de atualizações periódicas para que o mesmo acompanhe e retrate a realidade a que os Programas são submetidos que estão fora de sua governabilidade;
- ✓ Análise de Riscos potenciais: Na fase de elaboração de projetos as Equipes, tanto do Banco, quanto do Executor, devem analisar os riscos e prever ações mitigadoras que busquem garantir uma estabilidade mínima das equipes técnicas de execução.

### 7.2. Para gestão das ações:

- ✓ Estruturação e Institucionalização de uma Unidade Gestora: A estrutura de organização da UEP refletiu o modelo de modernização e integração proposto pelo programa Interlegis e estabeleceu, no documento de projeto, uma estrutura organizacional refletindo os componentes do modelo: desenvolvimento de tecnologia e formação da comunidade legislativa. A institucionalização do projeto, culminada com a criação da Secretaria Especial do Interlegis em 2005 garantiu o compromisso do Senado Federal para a sustentabilidade e continuidade do programa;
- ✓ Capacitação continuada da Equipe: Devem ser elaborados e implantados Planos de Capacitação específicos para gestão de operações desta natureza, inclusive com a participação do Banco, no papel de capacitador e desenvolvedor de gestores de suas operações;
- ✓ Sistema para Gestão das Ações: Necessidade de desenvolvimento e implantação de um sistema informatização de gestão das ações do Programa, em seu sentido amplo, ou seja, não só contabil-financeiro, mas de planejamento, acompanhamento dos processos licitatórios, contratos e resultados;
- ✓ Cooperação Técnica de Apoio a Execução: Apesar de ter contribuído para o atraso na execução, no que diz respeito a realização dos processos de aquisição e contratação, a cooperação técnica com o PNUD foi essencial para a execução do Programa por agilizar a contratação de especialistas – Especialistas Individuais e Consultorias – P. Jurídica, e facilitar a realização de licitações de acordo com as regras estabelecidas no Contrato de Empréstimo, uma vez que o corpo técnico da UEP não tinha experiência na execução de recursos desta natureza;
- ✓ Monitoramento e Acompanhamento diferenciado por parte do BID: Devido à necessidade de maior comprometimento e utilização dos recursos remanescente, em 2005, visando acelerar as contratações e aquisições no âmbito do Programa, foi criada uma força tarefa entre o executor, PNUD e sob a coordenação do BID, onde foram discutidas em reuniões mensais, a estratégia de execução, a revisão das especificações técnicas, dos TORs e documentos que compõem os processos licitatórios. Esta iniciativa garantiu uma elevação no nível de execução e comprometimento de 90% dos recursos do financiamento, o que acarretou



na necessidade de realização de uma extensão especial do prazo de desembolsos para a realização dos pagamentos dos contratos firmados.

7.3. Para sustentabilidade das ações:

- ✓ Institucionalização da Unidade Gestora: A institucionalização do Interlegis com a criação da Secretaria Especial do Interlegis permite o aporte de recursos significativos por parte do Senado Federal para a garantia da sustentabilidade até a chegada de novos recursos externos que permitam a retomada das ações externas. As características do processo de decisão em instituições do legislativo criam tendência à politização da gestão do projeto reduzindo a sua eficiência. Para que isso não ocorra é necessário à vinculação dos projetos legislativos a um nível mais estratégico, a um colegiado de parlamentares de diversos partidos (no caso do Senado à Mesa Diretora). Ao nível de execução é saudável que a UEP tenha autonomia e seja preservada de intervenções políticas que prejudiquem seu desempenho. A proximidade da Direção da UEP com a Presidência do Senado e da Mesa Diretora foi fundamental para implantação do projeto nos dois primeiros anos e permitiu a construção da sede em cinco meses e meio e a implantação da espinha dorsal da rede com a interligação de todos os estados e interligação dos 612 municípios pólos e o desenvolvimento dos primeiros sistemas e da metodologia de educação à distância. A UEP pode atuar com agilidade e independência durante esse período sendo preservada das interferências e instabilidade comum nos ambientes legislativos;
- ✓ Formação de Acordos e Parcerias: A aproximação maior em relação à Câmara dos Deputados e ao Tribunal de Contas da União para evitar duplicação de ações e garantir um funcionamento solidário dos programas voltados ao Legislativo. É fundamental a participação dos beneficiários (câmaras municipais e assembleias legislativas) no estabelecimento das políticas e nas decisões estratégicas do programa gerando um mecanismo de co-responsabilidade pelas decisões tomadas;
- ✓ Fortalecimento da Unidade Gestora: Garantia da montagem, treinamento e estabilidade das equipes técnicas e gerenciais como condição antecipada de desembolso.



**ANEXO I. Quadro dos Custos do Programa**




## **ANEXO II. Ata do Seminário de Encerramento**

- ✓ **Programação do Seminário**
- ✓ **Apresentação**
- ✓ **Ajuda Memória**
- ✓ **Lista de Participantes**





### ANEXO III. Avaliação do Mutuário

	<b>Banco Interamericano de Desenvolvimento</b> <b>Relatório de Término de Projeto – PCR 2006</b> <b>Avaliação do Mutuário</b>
Número do Projeto: <b>Programa “INTERLEGIS” – Rede de Integração e Participação do Legislativo</b>	
Agência(s) Executora(s): Subsecretaria Especial do Programa – 1999/2005 Secretaria Especial do INTERLEGIS (SINTER) – 2005/2006	
Mutuário: República Federativa do Brasil	
Data de Aprovação do Projeto: 16/09/1998	Data de Efetivo contrato: 27/07/1999
Data de Avaliação do Mutuário: Maio/2006	Data da Reunião de Encerramento: 20/06/2006
<b>Classificação de Desempenho do Projeto do Mutuário</b>	
<u>Probabilidade de alcance dos Objetivo(s) de Desenvolvimento:</u>  <input type="checkbox"/> Muito Provável (MP) <input checked="" type="checkbox"/> Provável (P) <input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP) <input type="checkbox"/> Improvável (I)	
<u>Implementação do Projeto:</u>  <input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS) <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S) <input type="checkbox"/> Insatisfatório (I) <input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MU)	
<u>Resultado de Sustentabilidade do Projeto:</u>  <input type="checkbox"/> Muito Provável (MP) <input checked="" type="checkbox"/> Provável (P) <input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP) <input type="checkbox"/> Improvável (I)	
<u>Comentários:</u>  Os avanços alcançados com o INTERLEGIS foram de grande dimensão, devido a seu ineditismo - um Programa sem referências anteriores – o primeiro a ser desenvolvido por um Poder Legislativo no mundo. No entanto, devido aos fatores críticos que dificultaram a execução, não foram suficientes para que se atingissem todos os objetivos qualitativos e quantitativos descritos no Marco Lógico. Muito se fez, mas muito se tem a fazer para ir além das significativas conquistas quantitativas e mesmo alguns importantes avanços qualitativos.  Com grande esforço do Senado, do BID, da equipe do Interlegis, e com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, o Interlegis avançou muito, mas ainda está em fase de implantação do modelo de modernização e de integração do Legislativo que se deseja, rumo à etapa do desenvolvimento e consolidação desse modelo.	



### Desempenho do Mutuário

Favor classificar seu desempenho durante a preparação e execução do projeto.

☐ Muito Satisfatório (MS) ☒ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MU)

#### Comentários:

Apesar das mudanças ocorridas em decorrência dos fatores exógenos e das extensões de prazo ocorridas, a atuação do corpo técnico envolvido na execução das ações do Programa, seja do corpo funcional do Senado e até mesmo os consultores contratados, pode ser avaliada como de alto nível e envolvimento. Cabe mencionar que em tempo recorde – seis meses – no ano 2000, foi construído o prédio que abriga a equipe central do Programa Interlegis em Brasília – a UEP (Unidade Execução do Programa). Foi construído prédio moderno e funcional de dois andares com garagem e 4.453 metros quadrados. A UEP foi estruturada com uma equipe altamente qualificada e especializada nas muitas especificidades do Programa. Funcionários da Secretaria Especial de Informática (PRODASEN) e de outros setores do Senado integraram as chefias dos serviços nos quais se divide o Projeto e também compõem as equipes de trabalho. Os consultores contratados via PNUD, diante de questionamentos do Ministério Público do Trabalho acerca da presença dos funcionários de organismos internacionais na administração pública, foram absorvidos pelo Senado Federal na qualidade de Assistentes Parlamentares, segundo o Ato da Comissão Diretora Nº 38 de 2003, o que demonstra o interesse da Casa pelo desenvolvimento e pela consolidação do Interlegis.

Buscando o fortalecimento, sustentabilidade e institucionalização das ações do Programa, de posse de estudo sobre a Avaliação de Impacto do Programa, em 2005, a Subsecretaria Especial do Programa ligada à estrutura do PRODASEN foi transformada em Secretaria Especial do INTERLEGIS (SINTER) vinculada diretamente a estrutura do Senado, autônoma e com o mesmo nível hierárquico do PRODASEN.

### Desempenho do Banco

Favor classificar o desempenho do Banco durante a preparação e execução do projeto.

☒ Muito Satisfatório (MS) ☐ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MU)

#### Comentários:

A constituição do programa a partir de uma experiência piloto (em 1997) que permitiu delimitar o problema e desenvolver uma arquitetura de solução viável para só então buscar o apoio financeiro e assistência técnica do Banco na elaboração do documento de projeto. A competência e sensibilidade da Equipe do Banco que realizou as missões e do consultor com grande conhecimento da realidade brasileira, contratado pelo banco para apoiar do desenvolvimento do projeto, foi fundamental para a estruturação do projeto.

A participação ativa dos Especialistas da Representação que participaram da execução das ações do Programa durante esses anos foi um fato fundamental para os resultados obtidos. O Senado não tinha experiência na execução de projetos financiados por organismos internacionais e ação próxima desses agentes do banco foi um importante suporte técnico para o corpo gerencial do programa permitindo a redução de resistências internas ao programa oriundas dessa inexperience.



## ANEXO IV. Lista de Produtos do INTERLEGIS

<b>SUBPROGRAMA 1 - Formação da Comunidade Virtual "INTERLEGIS"</b> <b>OBJETIVO:</b> Melhorar os canais de comunicação, educação e informação entre os membros do Poder Legislativo e entre estes e a Sociedade Civil.	
<b>COMPONENTE 1 – Educação via INTERLEGIS</b> <b>OBJETIVO:</b> Desenvolvimento de programas educativos e de capacitação utilizando tecnologia informatizada para agilizar o processo legislativo.	
<b>PLANEJADO</b>	<b>ALCANÇADO</b>
1.1.1) 12 Cursos desenvolvidos através de consultoria, nos níveis introdutório, intermediário e avançado para as Casas Legislativas;	<p>- 13 cursos EAD (ensino a distância e módulos correlatos) desenvolvidos e implementados: i) O Papel do Vereador; ii) Lei de Responsabilidade Fiscal I, II, III; iii) Orçamento Público I, II, III, IV; iv) Busca da Qualidade; e, v) EAD no INTERLEGIS, vi) Estatuto das Cidades; vii) Jornalismo Legislativo; viii) Direito e Consequências no Legislativo.</p> <p>- 26 cursos presenciais: i) Técnica Legislativa; ii) GNU – Linux; iii) I Programa Nacional de Formação de Agentes Políticos; iv) Processo Legislativo; v) Jornalismo Legislativo; vi) Direito e Consequências no Legislativo; vii) Administração de Veículos de Comunicação em Casas Legislativas; viii) Ética; ix) Técnicas de Negociação; x) Marketing Político; xi) Papel do Vereador; xii) Lei de Responsabilidade Fiscal; xiii) Orçamento Público; xiv) Redação Legislativa; xv) Técnicas de Arquivo; xvi) Redação Argumentativa; xvii) Open Office; xviii) SAPL; xix) SAAP; xx) Regulamento Administrativo; xxi) Cerimonial no Legislativo; xxii) Atender com Qualidade; xxiii) História do Parlamento Brasileiro; xxxiv) Oratória; xxv) LDO; xxvi) Marcos Jurídicos.</p>
1.1.2) 12 pacotes de software para apoio ao ensino à distância, desenvolvidos;	01 pacote desenvolvido – Sistema de Apoio à Tutoria (SAT) e 08 pacotes adquiridos para apoio ao desenvolvimento de cursos de Ensino a Distância (EAD): 1) Adobe Premiere 6.0; 2) Adobe InDesign 2.0; 3) Adobe Photoshop 6.0; 4) Adobe Acrobat 5.0; 5) Adobe Illustrator 10; 6) CorelDraw 10; 7) Flash 5.0; e, 8) Macromedia Dreamweaver 4 - Desenvolvimento a partir da plataforma livre moodle do sistema de autoria e gerenciamento de cursos do Programa Interlegis denominado SABERES
1.1.3) Software de autoria adquirido para acompanhamento das aplicações e instalações;	Software WebCT adquirido e implantado. Substituição do Software webct pelo sistema de autoria e gerenciamento SABERES
1.1.4) 06 técnicos treinados nas ferramentas de autoria adquiridos;	06 técnicos treinados nas ferramentas de autoria adquiridos. 40 Tutores especialistas e estagiários treinados no SABERES.
1.1.5) 06 tutores habilitados a atuar como especialistas no papel e atividades do Legislativo;	06 tutores habilitados a atuar como especialistas no papel e atividades do Legislativo.
1.1.6) 25 turmas, por ano, realizados via Internet;	261 Turmas em Cursos realizados via Internet – 09 turmas em 2002; 25 turmas em 2003; 77 turmas em 2004. 150 turmas 2005/2006.
1.1.7) 05 Seminários Nacionais, realizados;	Em junho de 2006 foi realizado o V Seminário Nacional Interlegis na cidade de Vitória-ES.
1.1.8) 45 Seminários/Workshops Regionais, promovidos;	277 seminários/Workshops regionais promovidos ao longo de 5 anos de execução do Programa.
1.1.9) 05 Tutores contratados para acompanhar os seminários e workshops;	Esta ação esta sendo realizada por componentes da equipe do Programa.
1.1.10) 04 especialista contratado para realização de análise e avaliação de impactos dos programas de treinamento.	Será um dos produtos do CENSO/2005.



<b>SUBPROGRAMA 1 - Formação da Comunidade Virtual "INTERLEGIS"</b> OBJETIVO: Melhorar os canais de comunicação, educação e informação entre os membros do Poder Legislativo e entre estes e a Sociedade Civil.	
<b>COMPONENTE 2 – Comunicação via INTERLEGIS</b> OBJETIVO: Estabelecimento de canais de comunicação entre legisladores no nível federal, estadual e municipal e entre estes e a sociedade civil.	
<b>PLANEJADO</b>	<b>ALCANÇADO</b>
1.2.1) 04 painéis de discussão por ano – grupos de debate, entre os legisladores, realizados através da rede INTERLEGIS;	São realizados fóruns de discussão - uma enquête semanal por intermédio do Portal do INTERLEGIS. Foram realizados 53 eventos presenciais, desta natureza.
1.2.2) 04 teleconferências por ano, realizadas via INTERLEGIS;	A videoconferência tem sido um poderoso instrumento de agregação da Comunidade Legislativa e de estreitamento de relações com outras instituições. Em 2002 foram realizadas 40 videoconferências, em 2003 140, em 2004 199, em 2005 159. Parlamentares e instituições Legislativas, órgãos diversos dos Poderes Executivo e Judiciário, entidades representativas e Organizações Não-Governamentais têm utilizado com intensidade o sistema de videoconferência do INTERLEGIS. Estas videoconferências contabilizaram um total de 878 (oitocentos e setenta e oito) horas de transmissão em 2005. No mês de junho de 2004, foi realizada a primeira experiência de vídeo <i>on-demand</i> pelo Portal INTERLEGIS. Em 2005 foi desenvolvido, testado e validado o piloto com objetivo de proporcionar acesso às Câmaras Municipais com acesso a Internet por Banda Larga do sistema de videoconferência do Interlegis com uso de OpenVPN.
1.2.3) Pesquisas de opinião, dirigidas ao público, realizadas via rede;	02 Pesquisas de Opinião realizadas, 35 enquetes via Portal e 19 Campanhas via Central de Relacionamento. Em 2005 foram realizados testes e estudos para implantação de um sistema de inventário e gerência dos equipamentos instalados na sede do Interlegis com o objetivo de estendê-lo às Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas.
1.2.4) 02 Projetos por ano para incrementar a comunicação entre o público e o poder legislativo, realizados;	São feitos regularmente contatos com a mídia de todo o país (imprensa, internet, etc), por meio de telefone e emissão de release semanais, para divulgação dos eventos e ações do Programa. Na ocasião dos eventos promovidos pelo INTERLEGIS ou dos quais ele participa, há uma intensa ação junto aos órgãos de comunicação nacionais, locais, do Senado, da Câmara dos Deputados e das Casas Legislativas. Além disso, foi criado o <i>Boletim Virtual do Programa INTERLEGIS</i> , emitido semanalmente para os principais veículos de comunicação do país e integrantes da Comunidade INTERLEGIS por meio da Internet. São cerca de 5.000 endereços eletrônicos, com notícias do Programa. Outro boletim virtual traz uma síntese das principais matérias publicadas semanalmente no Portal. Um vídeo institucional do INTERLEGIS, com 8 minutos de duração, foi feito e enviado a todas as Assembléias Legislativas, bem como para algumas Câmaras Municipais. O INTERLEGIS age em estreita parceria com os meios de comunicação do Senado Federal. Foram feitos dois encartes especiais no <i>Jornal do Senado</i> , que tem uma circulação aproximada de 60 mil exemplares. O Programa de rádio "INTERLEGIS Notícias", veiculado nas Ondas Curtas da Rádio Senado, foi ao ar de fevereiro a setembro de 2003. No mesmo ano, foi terceirizado o serviço de "rádio release", com produção e transmissão de matérias radiofônicas para 194 emissoras de todo o país. Contrato com o Canal FUTURA em 2005. Também foi contratada uma empresa de assessoria de imprensa, que cuidou da divulgação do programa para a mídia nacional e da "clippagem" das principais matérias produzidas nos grandes veículos de comunicação sobre o INTERLEGIS.



1.2.5) 02 programas anuais de divulgação do Programa e do processo legislativo, realizados;	Ver 1.2.4 acima.
1.2.6) Pelo menos uma publicação sobre o INTERLEGIS.	O Manual de Educação do Programa Interlegis é um documento norteador do processo de capacitação e modernização do Capital Humano das Casas Legislativas.
<b>COMPONENTE 3 – Informação via INTERLEGIS</b> OBJETIVO: Compilação de informações contidas em bancos de dados já existentes e desenho de mecanismos de pesquisa e treinamento através de acesso a esses bancos e expansão dos mesmos.	
<b>PLANEJADO</b>	<b>ALCANÇADO</b>
1.3.1) 15 manuais, incluindo orientações e normas de interesse da comunidade INTERLEGIS;	Manual sobre o “Papel do Vereador”; Manual de Educação do Programa Interlegis; Manual de Cerimonial; Manual de Videoconferência; Manual de Orientação para Recebimento de Equipamentos e Instalação do Projeto Piloto de Modernização.
1.3.2) Base de dados contendo a legislação corrente e modelo disponível;	<p>A área de Informação Legislativa constante do Portal do INTERLEGIS é de extrema importância para o alcance dos objetivos do Programa, assim como, para as Casas Legislativas, parlamentares e outras pessoas que acessam o Portal. Nesta área são disponibilizadas as normas legais vigentes no país, nas esferas federal, estadual e municipal, instrumento fundamental para a melhor elaboração de nova legislação e para o fortalecimento da consciência cidadã. Das 11 seções do menu principal do Portal, 06 compõem essa área, a saber: <i>Informação Legislativa, Processo Legislativo, Finanças e Fiscalização, Cidadania, Vereadores e Eleições 2004.</i></p> <p>Consta desta área “Informação Legislativa” do Portal:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Constituição Federal atualizada;</li><li>▪ Constituições Estaduais: todas as 26;</li><li>▪ 115 leis orgânicas municipais;</li><li>▪ 191 links para leis municipais;</li><li>▪ Atualização da Lei de Responsabilidade Fiscal comentada – 4ª edição;</li><li>▪ Seção chamada “Processo Legislativo”, com acompanhamento das matérias legislativas em tramitação no Senado e Câmara em cada semana. As matérias selecionadas são de interesse dos municípios;</li><li>▪ Links para a página de processo legislativo de 21 Assembléias e 65 municípios;</li><li>▪ Leis Complementares Federais: todas as 116;</li><li>▪ Códigos Nacionais: todos os 20;</li><li>▪ Legislação Federal por Assunto, cobrindo 17 áreas temáticas;</li><li>▪ Legislação Correlata;</li><li>▪ Estatuto da Cidade;</li><li>▪ Publicações do Senado Federal na íntegra (como o Novo Código Civil e o Código de Águas);</li><li>▪ Discursos do Congresso e de algumas Assembléias Legislativas;</li><li>▪ Links para a área de jurisprudência dos Tribunais Superiores;</li><li>▪ Links para as páginas das Assembléias Legislativas contendo legislações estaduais;</li><li>▪ Tratados e acordos internacionais;</li><li>▪ Legislação federal, estadual e municipal sobre micro-empresa (em convênio com o Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas);</li><li>▪ Relatório Final das Eleições 2002 (uma publicação do TSE);</li><li>▪ Seção “Eleições 2004”, com a legislação eleitoral e decisões do Tribunal Superior Eleitoral.</li></ul>
1.3.3) Membros da Comunidade	De acordo com uma pesquisa realizada com 1.549 usuários no segundo





INTERLEGIS acessando o site, pelo menos uma vez por mês;	semestre de 2002, existe grande fidelidade em relação ao Portal, uma vez que 72% deles declararam acessá-lo pelo <b>menos uma vez por semana</b> e 80% pelo menos uma vez a cada quinze dias. Quanto à facilidade de navegação, 97% consideram-na fácil e nenhum usuário considerou-a difícil. Finalmente, quase metade dos usuários declarou-se muito satisfeita com o portal e 97% declaram-se, no mínimo, satisfeitos.
1.3.4) 3000 webpages disponíveis	Em execução no Portal INTERLEGIS. Diversas Casas Legislativas estão desenvolvendo suas webpages fora do Portal, utilizando as tecnologias transferidas pelo INTERLEGIS. Em 2004 a média mensal de pages view foi de 2.874.626.
1.3.5) 25 cursos do INTERLEGIS sobre o processo legislativo.	12 Cursos a distância desenvolvidos, implementados, empacotados e informatizados.
<b>SUBPROGRAMA 2 - Desenvolvimento e transferência de tecnologia, pesquisa e serviços.</b> <b>OBJETIVO: Disseminar novos produtos, serviços e tecnologia da informação.</b>	
<b>COMPONENTE 1 – Desenvolvimento e transferência de produtos, serviços e tecnologia.</b> <b>OBJETIVO: Desenvolvimento de soluções tecnológicas para o Senado Federal (reengenharia dos processos orçamentário e parlamentar), adaptação de produtos já existentes para o uso de legislaturas locais e treinamento de legisladores e seus auxiliares no uso da nova tecnologia.</b>	
<b>PLANEJADO</b>	<b>ALCANÇADO</b>
2.1.1) 15 manuais elaborados e disseminados, incluindo orientações e normas de agências governamentais.	Manual de Procedimentos de Casas Legislativas – manual de referência descrevendo as principais atividades, atores e fluxo de informações envolvidos no processo legislativo. Manual sobre obtenção de recursos federais para os municípios brasileiros. Este manual foi desenvolvido em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) órgão auxiliar da estrutura do Senado Federal.
2.1.2) Base de dados textual gerencial disponível.	Esta meta foi substituída pelos mecanismos de pesquisa existentes nos diversos aplicativos como: o SAPL, SAAP, Portal Modelo e Portal Interlegis.
2.1.3) Sistema de informação para elaboração e acesso a legislação, disponível;	SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – conjunto de aplicativos integrados, cobrindo as principais funções de elaboração, tramitação e publicação de normas jurídicas. Atualmente na versão 2.1. SAAP - Sistema de Apoio a Atividade Parlamentar, conjunto de sistemas integrados que permita a otimização das tarefas relativas à atividade parlamentar. Atualmente na versão 1.2. SAAL – Sistema de Apoio a Administração Legislativa – conjunto de aplicativos integrados, cobrindo as funções de administração de: Recursos Humanos, Folha de Pagamentos, Orçamento, Contabilidade, Tesouraria, Patrimônio e Material. Atualmente em fase de conclusão da versão 1.0. Módulo de Materiais (SMAT) concluído.
2.1.4) Boletim de informação oficial diária elaborado;	Foi criado o <i>Boletim Virtual do Programa INTERLEGIS</i> , emitido semanalmente para os principais veículos de comunicação do país e integrantes da Comunidade INTERLEGIS por meio da Internet. São cerca de 5.000 endereços eletrônicos, com notícias do Programa. Outro boletim virtual traz uma síntese das principais matérias publicadas semanalmente no Portal.
2.1.5) Sistema para a coleta de dados e informações municipais desenvolvido;	O Portal INTERLEGIS possibilita a coleta de dados institucionais e composição das Casas Legislativas.
2.1.6) Membros do INTERLEGIS acessando pelo menos duas vezes por mês o “site” (produtos e serviços novos);	Portal Interlegis – concluída nova versão que incorpora ferramentas de gestão de conteúdo e interatividade como, fóruns, chats, discussão de documentos, permitindo uma maior participação dos membros da comunidade. O Portal recebe em média 6.000 visitantes a cada dia.
2.1.7) Mecanismo de pesquisa sobre informação legislativa especializada, definido.	Portal Modelo para Casas Legislativas – sistema de gerenciamento de conteúdo que permite a publicação e pesquisa na Internet dos diversos tipos de informação gerados pela atividade das Casas, aumentando a interação com o público e a transparência de seus processos.



<b>COMPONENTE 2 – Desenvolvimento de pesquisa em informação legislativa.</b> <b>OBJETIVO:</b> Desenvolvimento de pesquisas sobre tecnologia da informação e informática legislativa, com a participação de universidades e centros de pesquisa locais e estrangeiros.	
<b>PLANEJADO</b>	<b>ALCANÇADO</b>
2.2.1) 15 estudos /pesquisas desenvolvidas nas áreas de informática, educação, ciência política, processos legislativos, etc.	<p>Estão prontos os seguintes estudos:</p> <p>1. Índice Bibliográfico de Meio Ambiente e Legislação Ambiental</p> <p>Este índice, a ser inserido no Portal e distribuído por meio impresso, conterá referências bibliográficas de livros, artigos e links para páginas da Rede Mundial de Computadores. Os temas abordados são os mais variados, incluindo direito ambiental, gestão de bacias hidrográficas, tratamento de lixo e de resíduos químicos, efeitos da poluição e desenvolvimento sustentável. Contém ainda uma relação da Legislação Ambiental Brasileira, que inclui leis e decretos federais, além de resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).</p> <p>2. A Imagem Pública do Parlamento Brasileiro</p> <p>Este projeto teve como objetivo a elaboração de trabalhos acadêmicos sobre temas que compõem o entendimento do Parlamento Brasileiro quanto à sua composição, funcionamento e a construção de sua imagem pública.</p> <p>Ele foi sediado na Unicamp, coordenado e executado pelo CESOP – Centro de Estudos de Opinião Pública desta universidade.</p> <p>Foi realizada uma coletânea de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores e alunos da Unicamp e de outras universidades e centros de pesquisa, tendo como referência o conjunto de temas específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ <i>Migrações partidárias</i></li><li>▪ <i>Funcionamento do Legislativo sob as bases do presidencialismo</i></li><li>▪ <i>Funcionamento do Legislativo sob as bases do federalismo</i></li><li>▪ <i>Composição e renovação das elites políticas</i></li><li>▪ <i>Imagem do Parlamento veiculada pela mídia</i></li><li>▪ <i>A Imagem pública do Parlamento, analisada sob a ótica das pesquisas de público</i></li></ul> <p>Os resultados das pesquisas serão publicados pelo INTERLEGIS.</p> <p>3. Elaboração de marcos jurídicos para as Câmaras Municipais</p> <p>O objetivo deste projeto é dotar as Câmaras Municipais de instrumentos para apoiar a proposição de legislação municipal nas áreas de legislação básica, tributação, saúde, educação, segurança e desenvolvimento sustentado.</p> <p>A produção dos marcos jurídicos referidos no presente projeto integra uma das metas mais importantes do Programa INTERLEGIS, a de propiciar a melhoria da consistência e da qualidade das leis municipais e estimular a elaboração da legislação requerida pela União e pelos Estados em suas cartas legais e ainda não contemplada no quadro de normas básicas de diversos municípios brasileiros. Esta meta contempla o pressuposto de que a existência dos marcos legais propiciará aos municípios algumas das condições necessárias para seu desenvolvimento sustentado.</p> <p>A publicação desse trabalho está por ser impressa.</p> <p>4. Pesquisa de Avaliação do Portal INTERLEGIS</p> <p>O objetivo desta pesquisa é identificar o perfil dos usuários do Portal</p>



	<p>INTERLEGIS e suas preferências com vistas ao seu melhor direcionamento em relação às necessidades da Comunidade Legislativa.</p> <p>A pesquisa é semelhante à que foi realizada junto a 1.549 usuários em 2002. As respostas ao questionário que permitem uma comparação entre o perfil e opinião dos usuários nas duas datas, gerando o início de uma série histórica que permitirá o permanente aperfeiçoamento do site.</p> <p>5. História do Parlamento Brasileiro</p> <p>Desenvolvimento de pesquisa para resgatar as origens e a história do Parlamento brasileiro em todas as suas esferas</p> <p>Como resultado, serão produzidas quatro publicações:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <i>História do Senado Federal</i></li><li>• <i>História da Câmara dos Deputados</i></li><li>• <i>História das Assembleias Legislativas</i></li><li>• <i>História das Câmaras Municipais Pioneiras</i></li><li>• <i>História do Congresso Nacional</i></li></ul> <p>6. Percepção de Poder em uma Escala Horizontal da Vereança em relação aos seus Pares.</p> <p>A proposição deste estudo nasceu, em parte, da necessidade de conhecer a realidade de trabalho da vereança, e em parte, da necessidade de investigar a sua auto-imagem do ponto de vista do exercício do poder político. As considerações epistemológicas levadas a campo, contemplaram questões de natureza subjetiva, tais como, o que é poder, o que é poder político e quais são as suas fronteiras. Este estudo foi realizado com base da metodologia de caso e concluído no segundo semestre de 2004.</p> <p>7. Mecanismos de Controle do Legislativo Municipal em relação à Execução Orçamentária: Um Estudo de Caso.</p> <p>As considerações epistemológicas levadas a campo, contemplaram questões de natureza subjetiva e objetiva, tais como: quais os meios utilizados pelo vereador para fiscalizar a execução do orçamento com quais instrumentos ele conta para o pleno exercício das funções constitucionais do mandato e qual seria neste contexto o papel do Tribunal de Contas. Este estudo foi realizado com base na metodologia de estudo de caso e concluída no segundo semestre de 2004.</p> <p>8. Pré- teste Censo do Legislativo Brasileiro</p> <p>No segundo semestre de 2003 e meados do primeiro semestre de 2004 a equipe de pesquisa do Programa Interlegis realizou o Pré-teste do Censo do Legislativo com as seguintes formas de coleta:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Entrevista por telefone com câmaras municipais de uma amostra cujo ponto de corte foi o tamanho da população;</li><li>• Envio por e-mail para todas as Assembleias estaduais e Câmara Legislativa do Distrito Federal de questionário estruturado;</li><li>• Entrevista <i>in loco</i> em câmaras municipais de cidades de pequeno, médio e grande porte com aplicação do questionário estruturado.</li></ul> <p>9 Censo do Legislativo Brasileiro</p> <p>Pesquisa realizada durante o segundo semestre de 2005 em 5.564 Câmaras Municipais, nas 26 Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa do Distrito Federal. Foram contemplados nesta pesquisa as seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DA CASA</li><li>• CAPITAL HUMANO DA CASA</li><li>• QUADRO PARLAMENTAR</li><li>• MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA</li><li>• PRODUÇÃO LEGISLATIVA</li></ul>
--	---



	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ GRAU DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA</li> <li>○ MENSURAÇÃO DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA</li> <li>○ TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO LEGISLATIVO</li> <li>• CARACTERÍSTICAS DA CASA LEGISLATIVA</li> <li>• CAPACIDADE FINANCEIRA DA CASA</li> <li>• A VEREANÇA E SUAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS<sup>6</sup></li> <li>• ABORDAGEM SISTEMICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO PONTO DE VISTA DA VEREANÇA<sup>7</sup></li> <li>• SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DAS CASAS LEGISLATIVAS</li> </ul> <p>10. Pré-teste do Censo do Legislador Atividade de pesquisa realizada durante a execução do Censo do Legislativo e aplicada de forma amostra nos estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraíba e de forma censitária nos estados do Rio Grande do Sul e Amapá. Foram entrevistados 1490 vereadores e deputados estaduais de primeiro, segundo e mais mandatos parlamentares. Esta pesquisa contou com a aplicação de instrumentos de coleta de dados estruturados, semi-estruturados e de natureza estritamente qualitativa.</p> <p>11. Avaliação de Impacto do Programa INTERLEGIS. A Avaliação de Impacto do Programa Interlegis foi feita com base em duas metodologias de estudo. Na primeira foram analisados os relatórios anuais enviados ao Banco Interamerica de Desenvolvimento (BID) referentes aos anos de 2000 a 2004 e confrontados com o Contrato de Empréstimo que balisa as relações entre o BID e o Programa Interlegis. A segunda estratégia foi realizar pesquisa de campo aproveitando a logística montada para o Censo do Legislativo e aplicar um survey para os tres atores destacados nos indicadores de impacto constantes do Apêndice Único do Anexo A do Contrato de Empréstimo que são: legisladores, servidores e representantes Interlegis. No total forma entrevistadas cerca de 4000 pessoas em 1430 Câmaras Municipais e em todas as Assembléias Estaduais e Câmara Legislativa do Distrito Federal.</p> <p>12. Pré-teste da Dívida Previdenciárias das Câmaras Municipais. Este estudo acompanhou a metodologia desenhada para o Pré-teste do Censo do Legislador.</p> <p>13. Levantamento da situação dos equipamentos INTERLEGIS nas Assembléias e Câmaras. Durante a aplicação do Censo do Legislativo Brasileiro também foram auditados os equipamentos Interlegis instalados em 2500 câmaras municipais. As condições de funcionamento e utilização também foram investigados neste levantamento.</p>
<p align="center"><b>SUBPROGRAMA 3 – Infra-estrutura tecnológica “INTERLEGIS”.</b> OBJETIVO: Prover infra-estrutura, equipamento e treinamento para a implantação e operação da rede INTERLEGIS.</p>	
<p align="center"><b>COMPONENTE 1 – Instrumentalização do Núcleo Central.</b> OBJETIVO: Montagem e desenvolvimento de estrutura organizacional do Programa INTERLEGIS.</p>	
<p align="center"><b>PLANEJADO</b></p>	<p align="center"><b>ALCANÇADO</b></p>
<p>3.1.1) Prédio central construído, equipado e ocupado;</p>	<p>Em tempo recorde, seis meses, no ano de 2000, foi construído um prédio moderno e funcional, de dois andares, com garagem em 4.453 metros quadrados, que abriga a equipe central do Programa, em Brasília. Núcleo Central do Interlegis equipado com rede de 40 microcomputadores, 15 impressoras e 05 servidores.</p>
<p>3.1.2) UEP instalada e em funcionamento;</p>	<p>Foi montada equipe altamente qualificada e especializada composta por funcionários do Senado, consultores contratados via Cooperação Técnica e por 30 Assistentes Parlamentares, contratados em conformidade com o Ato Nº 38 de 2003, da Comissão Diretora do Senado. . Com a substituição da UEP, antes PRODASEN, para a Secretaria Especial do Interlegis, durante este ano, a</p>

<sup>6</sup> Estudo amostral elaborado pela Professora Dra. Maria Auxiliadora da Silva Campos Dessen, PhD

<sup>7</sup> Estudo amostral elaborado pela Professora Dra. Denise de Souza Fleith



**PROGRAMA INTERLEGIS**  
**1123/OC-BR**



	estruturação da nova UGR – 26000 – Orçamento Senado federal, absorverá todos os meios de gestão administrativo-financeira visando a locação de recursos humanos e materiais.
3.1.3) Conexão de alta velocidade contratada.	Em 2000, foi firmado contrato com a Unisys em consórcio com a Brasiltelecom e Telemar, para prestação deste serviço. Este Contrato possui Clausula de Garantia até 2007, com a prorrogação da Fase I, por 01 ano dá-se a continuidade do Contrato, por igual período.
<b>COMPONENTE 2 – Instalação de Equipamentos</b> OBJETIVO: Aquisição de equipamentos e softwares para interligar 2500 casas legislativas estaduais e municipais com a rede central do INTERLEGIS.	
<b>PLANEJADO</b>	<b>ALCANÇADO</b>
3.2.1) 2500 Casas Legislativas Estaduais e Municipais, interligadas a rede central do INTERLEGIS.	3278 Casas com equipamentos (estações de trabalho INTERLEGIS - formada por um computador, impressora, gateway e estabilizador) e conseqüentemente encontram-se interligadas a rede central.
<b>COMPONENTE 3 – Treinamento e Apoio</b> OBJETIVO: Treinamento de legisladores e seus auxiliares no uso e manutenção de equipamentos de informática e de tecnologia organizacional.	
<b>PLANEJADO</b>	<b>ALCANÇADO</b>
3.3.1) 150 monitores capacitados para ministrar treinamento a 1000 (cada um) usuários da rede.	Este produto foi denominado de "Treinamento Básico INTERLEGIS – TBI", com duração total de 40 horas, voltado à inclusão de parlamentares, assessores e funcionários das Casas Legislativas, por meio de treinamento presencial para a alimentação e utilização do Portal, no uso de ferramentas básicas de informática e nos sistemas desenvolvidos pelo INTERLEGIS disponibilizados nos equipamentos distribuídos. Em 2004 a responsabilidade pela continuidade da execução deste produto foi transferida para as Assembléias. Foram treinados 773 alunos em 2002, 340 alunos em 2003 e 217 alunos em 2004 que foram treinados nos estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais dentro do projeto Formação de Multiplicadores do TBI nas Assembléias Legislativas. Em 2005 foram treinados 450 multiplicadores dos seguintes conteúdos: LINUX, OPEN OFFICE, PRODUTOS E SERVIÇOS INTERLEGIS. Como consequência estes multiplicadores formaram 2553 usuários de produtos e serviços INTERLEGIS.
3.3.2) Help desk do INTERLEGIS instalado e disponível.	Foi estruturada e instalada uma <b>Central de Relacionamento/Atendimento (CRM)</b> , composta por 16 atendentes, dedicados exclusivamente ao registro dos dados dos beneficiários e pelo estreitamento da relação do Programa junto a Comunidade Virtual. A central também é utilizada como instrumento para a realização de pesquisas junto à Comunidade Legislativa, só em 2004 foram realizadas 17 campanhas e quatro pesquisas junto às Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas. Em 2005 foram realizadas 20 campanhas e 07 pesquisas junto às Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas.
<b>SUBPROGRAMA 3 – Infra-estrutura tecnológica "INTERLEGIS".</b> OBJETIVO: Prover infra-estrutura, equipamento e treinamento para a implantação e operação da rede INTERLEGIS.	
<b>COMPONENTE 4 – Salas Multiuso</b> OBJETIVO: Salas multiuso para treinamento a distancia adaptadas e equipadas.	
<b>PLANEJADO</b>	<b>ALCANÇADO</b>
3.4.1) 30 Salas Multiuso/representações do INTERLEGIS instaladas.	Encontram-se instaladas: i) 26 Salas Multiuso nas Assembléias Legislativas Estaduais; ii) 01 na Câmara Legislativa do Distrito Federal; iii) 01 na Câmara dos Deputados; e, iv) 01 no Tribunal de Contas da União. As salas multiuso do Senado Federal e das Assembléias Legislativas de Rondônia, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Roraima, Rio Grande do Norte e Câmara Legislativa do Distrito Federal foram desativadas.
3.4.2) Salas em utilização pelo menos uma vez por mês.	As salas instaladas são utilizadas no dia-a-dia Conforme a programação de cada unidade instalada.

**PROGRAMA INTERLEGIS**  
**1123/OC-BR**

**QUADRO DE CUSTOS DO PROGRAMA**

CATEGORIAS		ORÇAMENTO APROVADO			ORÇAMENTO ATUALIZADO			ORÇAMENTO EXECUTADO ACUMULADO		
		BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
1.	Formação da Comunidade Virtual Interlegis	5,900,000	6,100,000	12,000,000	1,200,000	2,460,000	3,660,000	919,700	5,601,599	6,521,299
2.	Desenvolvimento e Transferência de tecnologia, p de Tecnologia, Pesq. e Serviços	6,300,000	5,700,000	12,000,000	1,100,000	840,000	1,940,000	26,029	489,893	515,922
3.	Infra-estrutura Tecnológica Interlegis	6,500,000	7,500,000	14,000,000	14,400,000	7,900,000	22,300,000	14,400,000	6,576,511	20,976,511
4.	Custos financeiros	250,000	1,860,000	100,000	-	4,300,000	4,300,000	-	3,069,026	3,069,026
4.1	Juros	-	1,700,000	1,700,000	-	3,500,000	3,500,000	-	2,397,846	2,397,846
4.2	Comissão de Crédito	-	160,000	160,000	-	800,000	800,000	-	471,180	471,180
4.3	Inspeção do Bid	250,000	-	250,000	200,000	-	200,000	200,000	-	200,000
5.	Imprevistos	3,050,000	1,090,000	4,140,000	-	-	-	-	-	-
6.	Administração e Supervisão	3,000,000	2,750,000	5,750,000	100,000	1,500,000	1,600,000	13,296	1,800,853	1,814,149
7	Capitalização							200,000		
TOTAL GERAL		25,000,000	25,000,000	50,000,000	17,000,000	17,000,000	34,000,000	15,559,026	17,537,882	32,896,907
PORCENTAGENS		50%	50%	100%	100%	100%	100%	91,52%	103%	96,75%





**SENADO FEDERAL**  
Secretaria Especial do Interlegis



## **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO INTERLEGIS IMPLANTAÇÃO DA COMUNIDADE VIRTUAL DE EDUCAÇÃO LEGISLATIVA**

### **PROGRAMAÇÃO**

**DIA: 20 DE JUNHO DE 2006**

9h	RECEPÇÃO AOS PARTICIPANTES	HALL
9h30	ABERTURA <ul style="list-style-type: none"><li>• Primeiro Secretário do Senado Federal<ul style="list-style-type: none"><li>- <b>Senador Efraim Moraes</b></li></ul></li><li>• Diretor-Geral do Senado Federal<ul style="list-style-type: none"><li>- <b>Agaciel da Silva Maia</b></li></ul></li><li>• Diretor da Secretaria Especial do Interlegis<ul style="list-style-type: none"><li>- <b>Márcio Sampaio Leão Marques</b></li></ul></li><li>• Diretor da Subsecretaria de Assessoramento Técnico do Interlegis<ul style="list-style-type: none"><li>- <b>José Dantas Filho</b></li></ul></li><li>• Representante BID</li></ul>	AUDITÓRIO
9h45	O INTERLEGIS: Resultados e o futuro	
10h30	REUNIÃO: Apresentação da agenda, objetivos e resultados esperados	
11h	INTERVALO	
11h15	A EDUCAÇÃO NO INTERLEGIS	
11h45	UNILEGIS – Universidade do Legislativo Brasileiro	
12h15	RESULTADO DO CENSO: O Impacto na Educação Legislativa	
12h45	ALMOÇO	



**SENADO FEDERAL**  
Secretaria Especial do Interlegis



14h30	OFICINAS <ul style="list-style-type: none"><li>Planejamento da Educação – Sala de Reunião</li><li>Profissionalização do Pessoal Político – Sala de Treinamento</li></ul>	SALA DE REUNIÃO E SALA DE TREINAMENTO
16h15	INTERVALO	
16h30	OFICINAS (continuação) <ul style="list-style-type: none"><li>Planejamento da Educação – Sala de Reunião</li><li>Profissionalização do Pessoal Político – Sala de Treinamento</li></ul>	
18h	ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DO DIA	

**DIA: 21 DE JUNHO DE 2006**

9h	RECEPÇÃO AOS PARTICIPANTES	SALA DE APOIO
9h15	<ul style="list-style-type: none"><li>Apresentação dos trabalhos resultantes das Oficinas;</li><li>Planejamento das próximas ações</li></ul>	
12h	Encerramento	

*Secretaria Especial do Interlegis SINTER*  
*Senado Federal*

# **Resultados do Programa Interlegis – Rumo ao e-Legislativo**

Junho de 2006

# Legislativo fraco (Situação indesejada)

- Falta de Integração entre Congresso, Assembleias e Câmaras Municipais.
- Falta de independência em relação ao Poder Executivo Municipal.
- Exclusão política.
- Despreparo dos Parlamentares e servidores.
- Falta de recursos humanos e financeiros, material e tecnologia .
- Cultura organizacional e legislativa deficiente.
- Falta de burocracia estável e competente.
- Representatividade fraca, legitimidade meramente formal. Credibilidade baixa

# Objetivo

- O Programa Interlegis teve como objetivo apoiar o processo de modernização do Poder Legislativo Brasileiro, em suas instâncias federal, estadual e municipal, buscando melhorar a comunicação e o fluxo de informação entre os legisladores, aumentar a eficiência e competência das Casas Legislativas, e promover a participação cidadã nos processos legislativos.

# Estratégia do Programa Interlegis

- O programa buscou fortalecer o poder legislativo por meio de duas ações principais:
  - a) integração das Casas Legislativas nos níveis municipal, estadual e federal – **Comunidade Virtual**
  - b) modernização das Casas Legislativas municipais e estaduais – **E-Legislativo**



# e-Legislativo

- O conceito de e-Legislativo está apoiado no termo *e-Parliament* utilizado por Tess Kingham, ex-integrante da Câmara dos Comuns do Parlamento inglês, no paper “*e-Parliaments – The use of Information and Communication Technologies to Improve Parliamentary Processes*”

# e-Legislativo

● O autor define três conceitos fundamentais:

- **e-Parlamento**: as Novas tecnologias de Informação e de Comunicação (NTIC) são usadas para incrementar o trabalho do Parlamento fortalecendo a democracia parlamentar pelo apoio à eficiência, eficácia e o trabalho do Parlamento em si mesmo.

# e-Legislativo

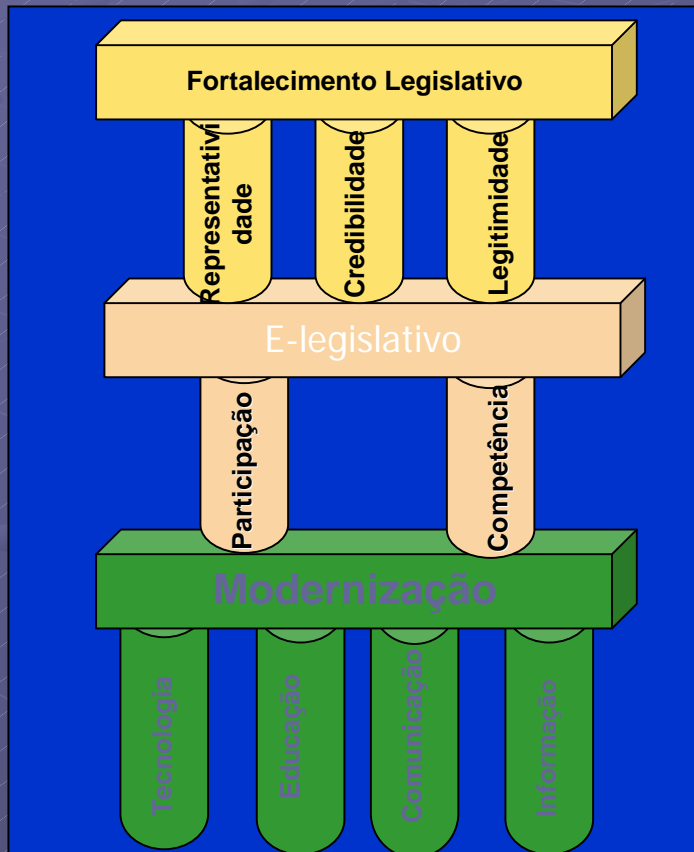
- O autor define três conceitos fundamentais:
  - **e-Governo**: as NTIC são usadas para impulsionar a interface entre governos e o público; a melhor provisão de informações governamentais é feita por meio da Internet, incrementando a interface entre o governo e os cidadãos e utilizando-se novas formas de votar e novos métodos de aferir a opinião pública.

# e-Legislativo

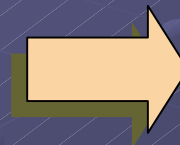
- O autor define três conceitos fundamentais:
  - **e-Democracia:** as NTIC são usadas para aperfeiçoar o papel representativo dos Parlamentos; os parlamentares usando as NTIC para assegurar que estão mais conectados com seu eleitorado, oferecendo ao público oportunidades de participar mais diretamente e coletivamente oferecendo insumos para a democracia parlamentar.



# Interlegis – Implantação da Comunidade Virtual (Resultado)



Modernização por meio de desenvolvimento e transferência de tecnologia, informação, comunicação e capacitação dos recursos humanos, parlamentares e cidadãos.



Integração por rede de computadores e vídeo-conferência e criação da Comunidade Interlegis

# Interlegis

## Modernização das Casas Legislativas (Resultado)





# Projeto de Desenvolvimento

## Programa de Modernização do Legislativo



# Modelo de Modernização Interlegis e-Legislativo

- O Modelo de Modernização Interlegis é composto de:
  - Marco Referencial de Tecnologia para o Legislativo:
    - Marco Referencial de Tecnologia Legislativa
    - Marco Referencial de Tecnologia de Informação
    - Marco Referencial de Tecnologia de Organização
  - Marco Referencial de Informação Legislativa
  - Marco Referencial de Comunicação Legislativa
  - Marco Referencial de Educação Legislativa

# Marco Referencial de Tecnologia – *Resultados PCR*

## ● Tecnologia Legislativa - Marco jurídico:

- Marco Jurídico Institucional – Lei Orgânica, Regimento interno, Orçamento
- Marco de legislação para a Tributação
- Marco de legislação para Educação
- Marco de legislação para Saúde
- Marco de legislação para Desenvolvimento urbano sustentável
- Marco de legislação para a Segurança

# Marco Referencial de Tecnologia - *Resultados PCR*

- Tecnologia de informação:
  - Marco de Infra-estrutura Tecnológica
    - Melhores práticas para implantação e operação da infra-estrutura de informática nas Câmaras Municipais, incluindo equipamentos, software, rede, segurança e internet, etc.
    - Implantação dos sistemas desenvolvidos pelo programa e treinamento.
      - **SAPL, SAAP, SAAL, Portal e Colab**
    - Capacitação e suporte continuado na área tecnológica

# Marco Referencial de Tecnologia - *Resultados PCR*

- Tecnologia de Organização:
  - Melhores práticas para organização da área legislativa em uma câmara municipal utilizando a tecnologia desenvolvida pelo programa Interlegis
  - Melhores práticas para organização da área administrativa de uma câmara municipal utilizando a tecnologia desenvolvida pelo programa Interlegis
  - Capacitação e suporte continuado na área de organização das casas



# Marco Referencial de Informação - *Resultados PCR*

- A área de informação envolve:
  - Implantação da base de dados sobre legislação e publicação na internet;
  - Melhores práticas de para veicular informação legislativa em portais na internet;
  - Melhores práticas para implantar uma biblioteca e um arquivo nas Câmaras Municipais.



# Marco Referencial de Educação - *Resultados PCR*

- A área de Educação envolve:
  - Estimular a participação nos cursos sobre Legislativo oferecidos a distancia pelo programa e por parceiros de outras instituições.
  - Definir, desenvolver um processo de indução e introdução de melhores práticas de envolvimento de alunos de escolas primárias e secundárias nas atividades do Legislativo municipal e estimulando a formação da cidadania.
  - Capacitação para a modernização da Casa Legislativa - implantação e operação do Modelo de Modernização Interlegis

# Marco Referencial de Comunicação - *Resultados PCR*

- A área de Comunicação envolve:
  - Melhores práticas na comunicação entre a Câmara municipal e os cidadãos. Por exemplo: como usar o rádio, a televisão ou o jornal para aumentar a transparência das atividades legislativas
  - Melhores práticas na utilização da internet como instrumento de divulgação e participação (chats, listas de discussão, blogs, etc..)
  - Melhores práticas para utilização de videoconferência

# O Interlegis I produziu – *Efeitos PCR:*

- Um modelo de Integração – Comunidade Interlegis (adesões e interligação (RNI), videoconferência, relacionamento, informação e comunicação social).
- Um modelo de modernização (processos, infraestrutura de TI, sistemas, cursos, portal, comunicação social, suporte, informação, notícias, melhores praticas de legislação, etc.)
- Desenvolvimento de tecnologia e organização.

# O Interlegis I produziu - *Efeitos PCR:*

- Garantia de continuidade da ação: transformação da administração do projeto na Secretaria Especial do Interlegis (SINTER).
- Projetos de Impacto: RNI, Censo, Pesquisas, etc.
- O Programa Interlegis é a única organização do Poder Legislativo com presença local na maior parte dos municípios do país.
- Visibilidade internacional, especialmente na América Latina e Países de Língua Portuguesa.



# Interlegis II

## Rumo ao e-Legislativo - *Sustentabilidade*

- A segunda fase do Programa Interlegis deve representar a consolidação dos modelos e produtos gerados na fase de implantação, tornando-os disponíveis para aplicação em todo o Poder Legislativo brasileiro.
- Deve ser aberta a oportunidade de “exportar” esses modelos e produtos para países amigos com interesses comuns, tendo em vista que boa parte representa iniciativa inédita em termos mundiais.

# Interlegis II

## Rumo ao e-Legislativo

### *Sustentabilidade*

#### Objetivo Geral

- Apoiar o processo de modernização e integração do Legislativo brasileiro, em suas instâncias federal, estadual e municipal, com ações voltadas à promoção das funções constitucionais desse poder – legislar, representar, fiscalizar e publicizar suas ações – por meio do desenvolvimento de produtos de educação, comunicação, informação e tecnologia específicos.



# Interlegis II

## Rumo ao e-Legislativo

### *Sustentabilidade*

#### Objetivos Específicos

- Consolidar a rede nacional implantada pelo Programa Interlegis em sua primeira fase.

# Interlegis II

## Rumo ao e-Legislativo

### *Sustentabilidade*

#### Objetivos Específicos (cont.)

- Fomentar a modernização das Casas Legislativas estaduais e municipais utilizando a metodologia desenvolvida e testada pela primeira fase do Programa Interlegis, propiciando insumos, transferência de tecnologia, capacitação e assistência técnica nas áreas de informática, comunicação, informação e práticas legislativas voltadas ao fortalecimento dessas instituições e do Poder Legislativo.

# Interlegis II

## Rumo ao e-Legislativo

### *Sustentabilidade*

#### Objetivos Específicos (cont.)

- Modernizar o Congresso Nacional com a implantação e disseminação da tecnologia de Legislativo eletrônico (e-Legislativo).

# Interlegis II

## Rumo ao e-Legislativo

### *Sustentabilidade*

#### Objetivos Específicos (cont.)

- Desenvolver mecanismos de cooperação técnica internacional com Parlamentos de outros países, em especial do Mercosul e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.



# Interlegis II

## Rumo ao e-Legislativo

### *Sustentabilidade*

O objetivo geral e os objetivos específicos serão atingidos por meio de ações reunidas em 04 (quatro) componentes de projeto:

- A – Consolidação da Rede Nacional Interlegis
- B – Modernização das Casas Legislativas
- C – Implantação do Escritório de Projetos
- D – Articulação e Fortalecimento Institucional e cooperação Internacional

# Interlegis II

## A - Consolidação da RNI

### *Sustentabilidade*

- É a continuação das ações implementadas pelo Interlegis em sua primeira fase, mantendo atualizados produtos, tecnologias, metodologias e serviços oferecidos pelo Programa.



# Interlegis II

## A - Consolidação da RNI

### *Sustentabilidade*

#### ● Ações Principais:

- Manutenção e evolução da Tecnologia de Modernização do Legislativo: infra-estrutura da sede do projeto; sistemas de informação voltados ao Legislativo; tecnologia legislativa.
- Manutenção e evolução da Comunidade Virtual: educação e capacitação; informação legislativa; comunicação e eventos.

# Interlegis II

## B – Modernização das Casas

### *Sustentabilidade*

- Aplicação de Metodologias e Produtos de modernização desenvolvidos pelo Interlegis, desenvolvendo cultura de projeto e capacitando parcerias para futuros esquemas de co-execução e descentralização de ações.
- Desenvolvimento de áreas de inteligência do Congresso.

# Interlegis II

## B – Modernização das Casas

### *Sustentabilidade*

#### ● Ações Principais:

- Modernização de Casas Legislativas: aplicação do modelo do Interlegis em municípios-pólo e Assembleias; tecnologias de e-Legislativo para o Congresso Nacional; completar a integração do Legislativo.

# Interlegis II

## C – Escritório de Projetos

### *Sustentabilidade*

- Incentivo ao desenvolvimento de Cultura de projeto no Legislativo e melhorar a qualidade da gerência
- Ações Principais:
  - Apoio à elaboração e administração de Projetos, com atendimento regionalizado.
  - Administração de projetos



# Interlegis II

## D – Articulação e Cooperação *Sustentabilidade*

- Atender as demandas de parlamentos estrangeiros, organismos multilaterais, associações de parlamentares e/ou de casas Legislativas
- Ações Principais:
  - Articulação de Casas Legislativas e Parlamentares: networking; eventos.
  - Cooperação Técnica Internacional: transferência de tecnologias; eventos.

# Interlegis II

## Objetivos e Componentes

Objetivos Específicos	Componentes
1.Consolidar RNI	A.Consolidação da RNI
2.Modernização de Assembléias e Câmaras Municipais	B.Modernização de Casas C.Escritório de Projetos D.Articulação e Cooperação
3.Modernização do Congresso Nacional	Idem acima.
4.Cooperação Técnica Internacional	D.Articulação e Cooperação



# Interlegis I

## Custos

- Valor Previsto/Original (US\$):  
US\$ 50,000,000.00
- Valor Realizado (US\$):  
US\$ 34,000,000.00
- Fontes propostas:
  - BID - 50%
  - Senado - 50%

# Interlegis I

## Custos

Componente	Valor (em US\$)
1. Formação da Comunidade Virtual	4,660,000.00
2. Desenvolvimento e Transferência de tecnologia, pesquisa e serviços	940,000.00
3. Infra-estrutura tecnológica	22,300,000.00
4. Custos Financeiros	4,500,000.00
5. Imprevistos	4,140,000.00
6. Administração e Supervisão	1,600,000.00
Total	34,000,000.00

# Interlegis II

## Custos

- Custo total previsto (US\$ 1.00/R\$ 2,50):

R\$ 161.066.300,00

US\$ 64,426,520.00

- Fontes propostas:

BID - 50%

Senado/SINTER - 50%

# Interlegis II

## Custos

Componente	Valor (em US\$)
A.Consolidação da RNI	25,879,560.00
B.Modernização das Casas	32,770,000.00
C.Escritório de Projetos	4,116,800.00
D. Articulação e Cooperação	1,660,160.00
Total	64,426,520.00



## **AJUDA MEMÓRIA**

### **SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO PROGRAMA INTERLEGIS CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1123/OC-BR**

Foi realizado, em 20 de junho de 2006, nas dependências do escritório central do INTERLEGIS – Anexo “E” do Senado Federal, Seminário de Encerramento do Programa, com o objetivo de apresentar aos representantes das Casas Legislativas das cinco regiões do país o Relatório Final de Projeto do INTERLEGIS (PCR), ou seja, apresentação dos objetivos e resultados alcançados. A realização deste evento teve por objetivo, ainda, a socialização das informações do Programa e a obtenção de uma avaliação compartilhada e participativa junto aos representantes da Comunidade Virtual do Poder Legislativo.

#### **ANTECEDENTES**

Para a elaboração do PCR foi realizada, em abril de 2005, reunião preparatória, junto ao Órgão Executor, momento em que o Banco apresentou a Metodologia de Elaboração do Relatório Final de Projeto (PCR), a formatação do documento e a listagem de informações requeridas para elaboração do mesmo.

De posse de uma primeira versão do documento, em abril de 2006, foi realizada reunião com representantes das Casas Legislativas das cinco regiões do país, com o objetivo de apresentar o PCR aos beneficiários do Programa e obter seus comentários, os quais foram prontamente encaminhados ao Banco e considerados na versão ora apresentada.

#### **O SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO**

Participaram do Seminário:

- ✓ Representantes do Órgão Executor (Senado Federal, Secretaria Especial do INTERLEGIS e Casas Legislativas): i) Senador Efraim Morais (Primeiro Secretário do Senado); ii) Sr. Agaciel da Silva Maia (Diretor-Geral do Senado); iii) Sr. Marcio Sampaio Leão Marques (Diretor Executivo do Programa e Secretário da SINTER); iv) Sr. José Dantas Filho (Diretor da Subsecretaria de Assessoramento Técnico do INTERLEGIS); e v) Representantes das Casas Legislativas, conforme lista anexa.
- ✓ Representantes do BID: i) Sr. José A. Navia, Especialista Setorial (COF/CBR) e Sra. Marília Santos, Consultora.

O ponto focal do Evento foi à realização de apresentação do documento, onde foram abordados os seguintes temas:

- i) apresentação dos objetivos iniciais do Programa;
- ii) apresentação dos objetivos e produtos alcançados;
- iii) análise da implementação e desempenho do Programa;
- iv) apresentação das lições aprendidas e fatores críticos para o alcance dos resultados;





- v) apresentação de recomendações para garantia da sustentabilidade das ações do INTERLEGIS;
- vi) apresentação da proposta de futuro e continuidade do processo de modernização do legislativo, o E-Legislativo.

O Seminário teve início com exposição dos objetivos do Evento acima mencionados, sendo, em seguida iniciada a apresentação propriamente dita momento em que foram realizados comentário e observações que se apresentam a seguir:

- ✓ O Primeiro Secretário do Senado e Diretor Nacional do Programa, ressaltou a importância desse ato que consolida o encerramento de uma fase – execução do Programa INTERLEGIS e início de outra – preparação da segunda etapa do INTERLEGIS, o E-Legislativo, para consolidação e total implantação do Modelo de Modernização desenvolvido na primeira e aperfeiçoamento dos instrumentos e parcerias desenvolvidas;
- ✓ O Representante do Banco ressaltou a importância deste documento como instrumento de prestação de contas à sociedade e aos envolvidos no processo de modernização do Poder Legislativo Brasileiro, agradecendo a estruturação do evento, a disponibilidade dos participantes e a parceria construída e estabelecida junto ao Banco;
- ✓ Foi registrado que: i) o Programa é um *case* de sucesso, reconhecido internacionalmente por ter conseguido atingir seus dois objetivos principais, a implantação e manutenção de uma Comunidade Virtual, por meio da Rede Nacional do INTERLEGIS (RNI) e a construção de um Modelo de Modernização para o Poder Legislativo, em um país de dimensões continentais e com uma estrutura parlamentar complexa; ii) todos os objetivos do Programa foram alcançados e algumas metas foram superadas, cabendo destacar as seguintes: a) no Componente, Educação via INTERLEGIS, a meta relativa ao desenvolvido de 12 (doze) Cursos através de consultoria, nos níveis introdutório, intermediário e avançado para as Casas Legislativas, foi superada, sendo 13 (treze) cursos EAD - Ensino a Distância e 26 (vinte e seis) cursos presenciais, desenvolvidos, ministrados e disponíveis; b) no Componente Instalação de Equipamentos, a meta relativa ao aparelhamento de 2.500 (duas mil e quinhentas) casas, foi superada, com 3.278 (três mil, duzentas e setenta e oito) com equipamentos (estações de trabalho INTERLEGIS - formada por um computador, impressora, *gateway* e estabilizador), disponibilizados, instalados e em utilização; c) no âmbito do Componente Desenvolvimento de pesquisa em informação legislativa, foi realizado o 1º Censo do Legislativo Brasileiro - Pesquisa realizada durante o segundo semestre de 2005 em 5.564 (cinco mil, quinhentas e sessenta e quatro) Câmaras Municipais, nas 26 (vinte e seis) Assembleias Legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, iniciativa inovadora e de cobertura/amostragem superior as pesquisas realizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo IBGE;
- ✓ Buscando o fortalecimento, sustentabilidade e institucionalização das ações do Programa, de posse das informações levantadas para subsidiar a elaboração do PCR e da Carta-Consulta do E-Legislativo e dos dados do Censo, a Subsecretaria Especial do Programa ligada a estrutura do PRODASEN foi transformada em Secretaria Especial do INTERLEGIS (SINTER) vinculada diretamente a estrutura do Senado, autônoma e com o mesmo nível hierárquico do PRODASEN;



**PROGRAMA INTERLEGIS  
1123/OC-BR**



- ✓ Um processo como este completa o seu ciclo em, pelo menos, duas décadas, que é o tempo em que as mudanças sociais e culturais são incorporadas por uma comunidade tão dispersa e desigual como a Legislativa.
- ✓ O INTERLEGIS possui visibilidade internacional, especialmente na América Latina e Países de Língua Portuguesa.

Por fim, registra-se que os dados apresentados (PCR), foram considerados pertinentes, válidos e aprovados por todos, sendo autorizada, pelas autoridades do Órgão Executor, nesta data, a publicação, pelo BID, do documento apresentado - PCR do Programa INTERLEGIS relativo ao Contrato de Empréstimo Nº 1123/OC-BR.

Brasília, 20 de junho de 2006.

**Marcio Sampaio Leão Marques**  
Diretor Executivo do Programa e  
Secretario da SINTER

  
**José Antonio Navia**  
Especialista Setorial do BID



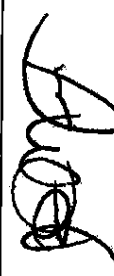


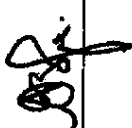
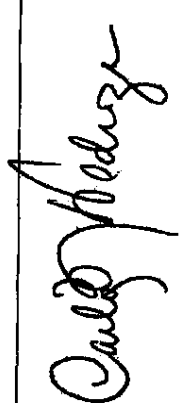


## **ANEXOS**




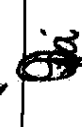
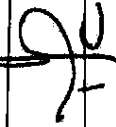



**I. Apresentação;**

**II. Lista de Participantes do Seminário.**

**Lista de Presença**  
**Reunião da Rede de Educação do Legislativo**

01	Adriana Maria Silva da Cruz	Escola do Legislativo - Roraima		
02	Adriana Teles Moura	Escola do Legislativo - Espírito Santo		
03	Alaôr Messias Marques Junior	Escola do Legislativo - Minas Gerais		
04	Alexandre Damasceno	UNILEGIS		
05	Alexandre Valente Xavier	Tribunal de Contas da União		
06	Antonio Lopes Braga Junior	Escola do Legislativo - Tocantins		
07	Braulio Nunes Martins	Escola do Legislativo - Maranhão		
08	Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo	Escola do Legislativo - Santa Catarina		

*Carlos Roberto Stuckert*

09	Domingos Leite	Escola do Legislativo - Alagoas			
10	Eduardo Genesi da Silva	Escola do Legislativo - São Paulo			
11	Flória A. C. Madruga	ILB			
12	Geraldo Rocha C. De Macedo Pereira Filho	Escola do Legislativo - Pará			
13	Graciene Feio	Escola do Legislativo - Amapá			
14	Jaqueline Correa Marins JACKELINE	Escola do Legislativo - Rio de Janeiro			
15	Jaqueline Ferretti Monteiro	Escola do Legislativo - Amazonas			
16	José Walter Zacarias	Escola do Legislativo - Mato Grosso			

José Antônio C. <sup>6k</sup>  
 Lopes  
 Camaró - DF



17	Larissa Daniela da Escocia Rosado Andrade	Escola do Legislativo – Rio Grande do Norte		Apriisa R Andrade
18	Laura Lidiea Kummer Hora Falcão	Escola do Legislativo – Sergipe		
19	Luciana Villela Mendes	UNILEGIS		Amendes
20	Luciano A. Guidini dos Santos	ILB		<del>Luciano A. Guidini dos Santos</del>
21	Luís Antônio C. Da Silva	ILB		
22	Marcylene Pirajá Moreira	Escola do Legislativo – Bahia		
23	Maria Avelina F. Gastal	Escola do Legislativo – Rio Grande do Sul		Agastal
24	Maria Helena Toscano Barros	Escola do Legislativo – Paraíba		Udencal Barros
25	Maria Lucia C. Galindo	Escola do Legislativo – Pernambuco		
26	Marlene Figueira Da Silva	Escola do Legislativo – Mato Grosso do Sul		DF

27	Max Barbosa	Escola do Legislativo - Rondônia	<del>Max Barbosa</del>
28	Nilson Da Silva Rebello	ILB	Nilson
29	Nucia Fernandes De Souza Luz	Escola do Legislativo - Acre	Nucia
30	Patricia Seixas Alves	UNILEGIS	Patricia
31	Raquel Amaral Muniz	Escola do Legislativo - Goiás	Raquel
32	Sandra Regina C. Pacheco	Escola do Legislativo - Paraná	Sandra
33	Terezinha Porto Sequeira	Escola do Legislativo - Ceará	Terezinha
34	Vanessa Aragão A. D. Ruas	Câmara Legislativa do DF	Vanessa
35	Vania Mone Vanore A. Nina	UNILEGIS	Vanore
36	Yara Lopes Deplert	Câmara dos Deputados - CEFOR	Yara

37 MARIA GASILHEIRA ACRE  
Benevides

Paulo Antônio Lima Costa

Rildo Mota

ARMANDO NASCIMENTO  
BRASILIA.

Gislândia. Fátima do Brasil. Goiás